

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: AÇÕES NAS COOPERATIVAS
AGROPECUÁRIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA EM RORAIMA**

JOSÉ GOMES DA SILVA

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: AÇÕES NAS COOPERATIVAS
AGROPECUÁRIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA EM RORAIMA**

JOSÉ GOMES DA SILVA

Sob a Orientação do Prof. Dr.

Antonio Carlos de Souza Abboud

e Co-orientação da Professora Dra.

Georgia Patrícia da Silva Ferko

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Outubro de 2018**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586e SILVA, JOSÉ GOMES DA, 1955-
 EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: AÇÕES NAS COOPERATIVAS
AGROPECUÁRIAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA EM RORAIMA /
 JOSÉ GOMES DA SILVA. - 2018.
 50 f.

 Orientador: Antonio Carlos de Souza Abboud.
 Coorientadora: Georgia Patrícia da Silva Ferko.
 Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2018.

 1. Educação cooperativista. 2. Cooperativismo. 3.
Roraima. I. Abboud, Antonio Carlos de Souza, 1960-,
orient. II. Ferko, Georgia Patrícia da Silva , 1976-,
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA. IV. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

JOSE GOMES DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 10/10/2018

Antonio Carlos Abboud, Dr. UFRRJ

Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto, Dra. UFRRJ

Ernani Viana Saraiva, Dr. UFF

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por estar aqui realizando um feito tão importante na minha vida, pois o conhecimento será posteriormente compartilhado.

A meus pais (*in memoriam*), João Honorato Gomes e Maria Marques Gomes.

A minha família, pelo incentivo e apoio incondicional em todas as horas e nos momentos mais difíceis, quando achávamos que não teria saída, em especial a minha esposa, Célia Erivanda, e a meus filhos, Carlos Philippe e Raiza Carolina.

Minha gratidão a todos que comigo conviveram neste período de aprendizado, em especial:

Ao Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEA), na pessoa da Coordenadora Profa. Dra. Rosa Cristina Monteiro que não tem medido esforços para oportunizar a qualificação profissional a tantos educadores espalhados por este país chamado Brasil.

A minha Co-orientadora, Profa. Dra. Georgia Patricia da Silva Ferko, pela sua dedicação e grandes ensinamentos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Abboud, por ter acreditado em mim e pela prontidão de sempre me atender.

Ao grande amigo Raimundo Nonato Chacon (*in memoriam*), obrigado por ter dividido momentos de aprendizagens durante essa trajetória.

Ao Professor Dr. Oscar Tintorer pelos ensinamentos.

A todos meus colegas da turma 2016.2 IFRR pelo convívio e pelas trocas de experiências.

“O conhecimento é o simples resultado da
ação recíproca,
Encontro, junção, luta e compromisso entre os
instintos.
Alguma coisa é produzida, porque os instintos
se encontram,
Brigam entre si, e, ao final da sua batalha,
finalmente chegam a um compromisso.
Este compromisso é o conhecimento”.

MICHEL FOUCAULT

RESUMO

SILVA, José Gomes da. **Educação Cooperativista: ações nas cooperativas agropecuárias do município de Boa Vista em Roraima.** 2018. 50f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ. 2018.

A educação cooperativista proporciona transformação, palavra-chave da educação. Essa transformação ocorre por meio do diálogo na dimensão de intracooperados e, até mesmo, intercooperados. Para tanto, essa dissertação tem como objetivo analisar a percepção dos dirigentes e cooperados sobre a educação cooperativista no Estado de Roraima, do ramo agropecuário. Nessa configuração, o próprio associado se coloca como agente de ação que pode mudar a realidade a sua volta, principalmente quando se trata de pequenos agricultores. Esse espírito do cooperativismo pode transformar a situação econômica e social desses agricultores que se associam e lutam por melhores condições de vida. De forma a alcançar o objetivo da pesquisa, realizamos pesquisa quali-quantitativa a fim de coletar dados que pudessem demonstrar a percepção dos dirigentes das cooperativas investigadas, os quais aceitaram o convite do pesquisador. Aplicamos entrevistas semiestruturadas aos dirigentes (presidentes e diretores) de três cooperativas e, ainda, foram distribuídos questionários, nas assembleias, aos associados. Observamos que as percepções desses dois públicos são parecidas, pois reconhecem a importância da educação cooperativista, embora as ações educativas, na maioria, restrinjam-se a cursos e treinamentos, constituindo visões tímidas e incipientes sobre a educação cooperativista. Vimos, ainda, a potencialidade desse empreendimento no Brasil, e para que se possa alavancar novas fundações e manter as que já existem, é necessário que as cooperativas repensem o que seja a educação cooperativista, bem como compreender, de forma mais abrangente, a realidade dos seus associados.

Palavras-chave: Educação cooperativista. Cooperativismo. Roraima.

ABSTRACT

SILVA, José Gomes da. Cooperative education: actions in agricultural cooperatives of the municipality of Boa Vista in Roraima. 2018. 50p. Dissertation (Master's in Agricultural Education). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ. 2018.

The cooperative education provides transformation, a keyword in educational field. This transformation happens by the intracooperated people dialogue and, even by the intercooperated ones. Because of that, this dissertation aims to analyze the perception of the cooperative's managers and associated about the cooperative education in Roraima, focusing on agricultural industry. In this configuration, the associated himself is in charge of being the one who is able to change his own reality, especially dealing with the minor farmers. This corporatist spirit can change the farmers' economic and social situation who are willing to associate in order to get better life's condition. In order to accomplish the objective of this paper, it was done some quantitative and qualitative researches, so that the collection of the data would be faithful to the real perception of the cooperatives managers, who accepted the researcher's invitation. Semi structured questions were applied to the managers (the chairman and directors) in three cooperatives and questions were also applied in assemblies to the associated. It was observed that the perception of all of them is similar, since both of them recognize the importance of the cooperative education, though the educational actions, in the most, are restricted in trainings and courses, which is an insipid vision of the cooperative education. It was also observed the potential of this kind of enterprise in Brazil, and for being possible to create new branches and keep the ones which exist, the cooperatives must rethink their conception of what is cooperative education, as well as understand in an effective manner the reality of their associated.

Keywords : Cooperative education. Cooperativism. Roraima

LISTA DE ABREVIACOES E SMBOLOS

ACI	Aliana Cooperativa Internacional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EC	Educao Cooperativista
IFRR	Instituto Federal de Educao, Cincia e Tecnologia de Roraima
MAPA	Ministrio da Agricultura, Pecuria e Abastecimento
OCB	Organizao das Cooperativas Brasileiras
OCEs	Organizao das Cooperativas Estaduais
PAA	Projeto de Aquisio de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentao Escolar

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Desenho de pesquisa.....	13
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – O papel da EC na visão dos dirigentes das cooperativas.....	23
Tabela 02 – Projetos e metas das cooperativas analisadas.	27
Tabela 03 - Ordenação das respostas das assertivas por Cooperativa – opiniões negativas e positivas.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Opinião dos associados sobre ‘haver relação dos cursos ofertados com o crescimento profissional’	29
Gráfico 02 – Opinião dos associados sobre ‘haver relação dos cursos ofertados com as necessidades dos cooperados’	30
Gráfico 03 – Opinião dos associados sobre ‘a estrutura física disponibilizada ser adequada’	31
Gráfico 04 – Opinião dos associados sobre ‘haver sintonia do currículo com as necessidades diárias de mercado/ associado’	31
Gráfico 05 – Opinião dos associados sobre o ‘aproveitamento dos conhecimentos adquiridos nos cursos ofertados’	32
Gráfico 06 – Opinião dos associados sobre a ‘sintonia durante a formação recebida nos cursos e as políticas institucionais das Associações’	33
Gráfico 07 – Opinião dos associados sobre a ‘aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos nos cursos’	34
Gráfico 08 – Opinião dos associados sobre a ‘melhora de seu desempenho nas suas atribuições após a realização dos cursos’	35
Gráfico 09 – Opinião dos associados sobre a ‘promoção da Educação Cooperativista pelas associações’	36
Gráfico 10 – Opinião sobre a ‘promoção de cursos e treinamentos aos funcionários e cooperados pelas associações’	37

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	3
2.1	Cooperativismo no Mundo e no Brasil.....	3
2.2	A Educação Cooperativista	7
3	MATERIAL E MÉTODOS	13
3.1	O Desenho de Pesquisa	13
3.2	Tipo de Pesquisa.....	14
3.3	População e Amostragem	14
3.4	Entrevistas	15
3.5	Questionários	15
3.6	Análise dos Dados	15
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
4.1	Caracterizando a COOPERCINCO, a COOPERHORTA e a COOPANA.....	17
4.1.1	Cooperativa Agropecuária do Projeto de Assentamento Nova Amazônia (COOPERCINCO)	17
4.1.2	Cooperativa dos Hortifrutigranjeiros de Boa Vista (COOPHORTA).....	18
4.1.3	Cooperativa do Projeto de Assentamento Nova Amazônia (COOPANA)	19
4.2	Entrevistas – A Educação Cooperativista no Segmento Agropecuário em Boa Vista/RR: a percepção dos dirigentes das cooperativas	19
4.2.1	Categoria: O Processo e o Papel da Educação Cooperativista	19
4.2.2	Categoria: Participação dos Associados e Parcerias para a EC.....	24
4.2.3	Categoria: Fragilidades e Implementação da EC	25
4.3	Questionários – A Percepção dos Associados sobre a Educação Cooperativista.....	28
5	CONCLUSÕES.....	40
6	REFERÊNCIAS	42
7	APÊNDICES	47
	Apêndice A	48
	Apêndice B	49

1 INTRODUÇÃO

As organizações cooperativas precisam conhecer e lidar com um cenário de mudanças e transformações, bem como primar por um dos seus princípios – considerado de grande relevância para o seu desenvolvimento – que é a educação, a formação e a informação. No sistema cooperativista, as relações estabelecidas entre os cooperados visa dar conta de um desempenho social e econômico. As ações estatutárias fomentam maior proximidade entre seus associados. Essa proximidade muitas vezes é reforçada pela educação, a qual tem um papel importantíssimo a desempenhar, qual seja: o de fomentar a prática permanente de comunicação entre os integrantes, por meio do processo de formação e capacitação de todos os seus associados, tornando a educação a base sustentável para o fortalecimento da doutrina cooperativista.

Dessa forma, as cooperativas podem e devem estruturar ações que possam qualificar e capacitar seus associados e trabalhadores. Contudo, não se trata apenas de ofertar cursos e treinamentos para que tenhamos a devida qualificação do ponto de vista técnico, uma vez que as associações precisam ofertar ações que possam desenvolver o aspecto moral dos cooperados, ou seja, a oportunidade de sensibilizar, conscientizar e desenvolver os princípios e valores do cooperativismo. Se tais princípios forem bem fortalecidos em todos os níveis hierárquicos da cooperativa, todos poderão contribuir eficientemente para o bom desempenho dessas organizações, pois o conhecimento contribui para o desenvolvimento do ser humano em toda sua dimensão.

Sabemos da importância do cooperativismo como forma alternativa para o desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, da comunidade de seu entorno. Dessa forma, a contribuição social desse estudo assenta-se na possibilidade de compreender a percepção de cooperados a respeito da educação cooperativista no segmento agropecuário de Roraima.

Frente ao exposto, a questão de pesquisa que norteou esse trabalho é: qual a percepção de dirigentes e de cooperados quanto à educação cooperativista em Roraima? De forma a responder a esse questionamento, temos como objetivo geral: analisar a percepção dos dirigentes e cooperados sobre a Educação Cooperativista no Estado de Roraima. Já os objetivos específicos são: a) identificar o processo e o papel da educação cooperativista em cooperativas agropecuárias no município de Boa Vista – Roraima; b) analisar a participação dos associados e parcerias à EC; e, por fim, c) mapear as fragilidades na implementação da EC. Frisamos que os objetivos específicos descrevem as categorias de análise avaliadas nesse estudo e são descritas na Seção 3, de Materiais e Métodos.

Nesse estudo, tomamos a Educação Cooperativista (EC) como um processo de transformação e reforço capaz de estimular os associados, os funcionários e os parceiros a vivenciarem os princípios cooperativistas. Esse processo de reflexão desperta o interesse pela participação dos cooperados no empreendimento, que é de corresponsabilidade de todos, e, assim, os elementos envolvidos nesse processo fazem menção às ideias, aos princípios e aos valores do cooperativismo. Vejamos que não se propõe apenas qualificar os associados e funcionários da associação, mas está voltada para uma proposta de vida pautada em valores e princípios cooperativistas, no qual a educação é, também, um desses princípios. Essas colocações vêm de Schneider (2003), o qual assevera que apenas por meio dos processos educativos teremos a transmissão dessas ideias, tomando o cooperado não apenas como uma figura passiva de aceitação e não compreensão de seu empreendimento, mas como um ator que pensa, que age e que transforma a sua realidade e de seu entorno.

A proposta desse estudo surgiu da experiência profissional na prática docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) que por meio de seus dois *Campi* que possuem cursos voltados à área Agrícola (Campus Novo Paraíso e Campus Amajari). O pesquisador vislumbrou a possibilidade de contribuir, cientificamente, à implantação de Cooperativas nessa região. Na qualidade de docente vivenciou algumas experiências na área do empreendedorismo e também participou em comissão para elaborar proposta para implantação de incubadoras nos Institutos Federais.

Este pesquisador ocupou cargo de gestão no IFRR, momento em que participou de várias reuniões, discussões e palestras cujo objetivo era de fomentar a cultura do cooperativismo em Roraima. Participou de plenárias na Organização de Cooperativas do Brasil – OCB/DF e de Roraima (OCB/RR) a fim de ampliar os conhecimentos sobre o cooperativismo e, principalmente, a Educação cooperativista.

No ano de 2017, foi convidado a participar de visita técnica às cooperativas do Paraná, organizada pela OCB/RR. Essa imersão em cooperativas da Região Sul do Brasil permitiu ter contato com estratégias de Educação cooperativa que de forma efetiva, obtiveram sucesso. Embora, as cooperativas do Paraná estejam em contextos distintos, é possível fazer paralelos, replicar algumas práticas que vão se ajustando a outros contextos.

Esta pesquisa não se propõe apenas a apontar ações das cooperativas e a própria OCB/RR fomento à educação cooperativista, mas também servir como uma fonte de reflexão para um redimensionamento de práticas e adoção de estratégias que venha aumentar os resultados desejados considerando o contexto do Estado de Roraima.

No que se refere à estrutura desse trabalho, temos na primeira seção, Introdução, a apresentação da temática de trabalho, seus objetivos e justificativa. Na segunda seção, Revisão de Literatura, abordamos os temas de Cooperativismo no Brasil e no Mundo e a Educação Cooperativista. Na sequência, apresentamos a seção 3, Material e Métodos, com a abordagem de pesquisa e as técnicas de coleta e análise de dados, bem como o público-alvo e a amostragem. Na sequência, apresentamos os Resultados e Discussão, e, por fim, as conclusões seguidas das Referências Bibliográficas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para estabelecer as diretrizes gerais que nortearam a pesquisa, acreditamos que é importante identificar alguns temas relevantes ao desenvolvimento deste trabalho. Na seção que segue, serão abordados os temas: O Cooperativismo no Brasil e no Mundo e Educação Cooperativista.

2.1 Cooperativismo no Mundo e no Brasil

Os séculos XVIII e XIX são conhecidos como a era das revoluções, enquanto estratégia de afirmação da burguesia revolucionária na conquista do poder econômico, político e social. Neste mesmo período, podemos destacar três importantes revoluções que marcaram a História de seus países sede.

Neste estudo, primeiramente, destacamos a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, que coloca em xeque o modelo econômico do mercantilismo, concebendo o trabalho como fonte principal de riqueza. Posteriormente, a Revolução Americana, com uma demonstração de rebeldia da burguesia das 13 colônias inglesas contra a sua metrópole, culminando com a independência e a formação do primeiro Estado Livre das Américas, a partir de 1776, conhecido como Estados Unidos da América do Norte. E, por último, a Revolução Francesa, liderada por uma burguesia revolucionária que desestruturou a Monarquia Absolutista e acelerou o fim dos resquícios do feudalismo – modelo econômico, político e social do mundo medieval.

Uma nova era, assim, se profetizou, tendo como ponto inicial esses movimentos revolucionários anunciando o tempo do capital e do trabalho. Todas essas revoluções foram inspiradas na ideologia **iluminista**, de pensadores e intelectuais que defendiam a liberdade, a igualdade e a fraternidade, ideário aproveitado pela burguesia em prol da sua própria afirmação como classe dominante, até os dias de hoje. A classe burguesa passa a ser a detentora dos meios de produção, dos poderes institucionais e, sobretudo, do domínio das relações de trabalho, aspecto preponderante na consolidação do capitalismo industrial como fator de desenvolvimento e progresso (ALVES, 2002).

Alves (2002) nos lembra que o ressurgimento e a evolução do Cooperativismo, como sistema, no século XIX, mostram curioso entrelaçamento histórico com os anteriores ideários da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Essa tríade é homônima no cooperativismo aos substanciais princípios da livre adesão e desligamento (liberdade), da decisão, um voto a cada homem (igualdade) e da mutualidade e não competitividade “inter-pares” (fraternidade).

Ainda de acordo com Alves (2002), essa tríade de elementos substanciais foi, posteriormente, desmembrada ideologicamente: nos Estados Unidos da América foi depreendida da bandeira da Liberdade, na Rússia da bandeira da Igualdade, estando, a nosso ver, destinado ao Brasil depreender da bandeira da Fraternidade, como acentuado pelo grande advogado brasileiro Duarte Pacheco de Castro.

A Fraternidade, tal como vocação essencial do povo brasileiro, e lançando mão da forma como se referiu o advogado Duarte Pacheco de Castro, citado por Alves (2002), deveria ser declarada, embora tardiamente, de forma oficial e com as solenidades de estilo na forma de “slogan”, a fim de surtir efeitos positivos nos resultados de nossa política nacional e internacional, levando nosso país, como expressão mundial, a ensinar a linguagem e a prática das ideias cooperativistas a quem quisesse aprendê-las, dentro e fora de nossas fronteiras.

As ideias cooperativistas surgiram de um contexto de grandes transformações que entraram em curso com a desagregação da ordem feudalista e o estabelecimento da ordem capitalista, a partir da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. Para De Masi (1999), citado por Frantz (2012), por séculos, o lugar de vida e de trabalho era coincidente, isto é, as pessoas trabalhavam e viviam, predominantemente, no mesmo lugar: na oficina artesanal. A Revolução Industrial significou, então, a ruptura desse núcleo de vida e de trabalho.

Nesse cenário nascem os movimentos cooperativistas se contrapondo às formas de organizações. De acordo com Frantz (2012), a iniciativa dos tecelões de Rochdale, em 1844, foi uma das experiências mais marcantes da história do cooperativismo moderno, uma vez que incorporou as ideias sociais da época: autoajuda, solidariedade, democracia, liberdade, equidade, altruísmo e progressão social. Acreditavam, assim, que abandonando a luta política e se organizando, chegariam a construir estruturas socioeconômicas que garantiriam melhores condições materiais e sociais para todos os trabalhadores.

A proposta do movimento cooperativista é expressar um modelo de negócios pautado pelo empreendedorismo e pela participação democrática, de forma a unir pessoas e compartilhar resultados, pois o que se busca é a prosperidade conjunta, o atendimento às necessidades do grupo, e não do individualismo. De forma particular, a prática cooperativista promove, simultaneamente, crescimento econômico e inclusão social. Esse movimento socialmente responsável e sustentável mobiliza dezenas de milhões de brasileiros de todas as idades, gêneros, raças e credos, e tem um espaço expressivo na economia do país. Suas ações também são alicerçadas em valores éticos de honestidade, transparência, democracia e responsabilidade social, conforme consta no Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa (OCB, 2016).

No que diz respeito à inclusão social, econômica e cultural, o cooperativismo é considerado o modelo de negócio mais viável para o desenvolvimento sustentável, o que, para o cooperativismo, é prioridade, fazendo parte de seus princípios e estando presente em seus produtos e serviços. Neste sentido, com a união das pessoas, o movimento se destacou na busca de referenciais de participação democrática, independência e autonomia.

O cooperativismo constitui-se em uma filosofia de vida fundamentada na reunião de pessoas e não de capital, o que significa que busca atender as necessidades do grupo e não do lucro; é focado na prosperidade conjunta e não no individual, tendo como princípios a participação democrática e a solidariedade promovendo a independência e a autonomia de seus membros.

No Brasil, o Sistema OCB coaduna três subsistemas, os quais possuem funções específicas, embora os trabalhos sejam realizados de forma a atingir objetivos comuns (OCB, 2018): a) Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP): entidade sindical de grau máximo das cooperativas. Defende os interesses da categoria, promovendo, ainda, a integração entre as federações e os sindicatos de cooperativas; b) OCB: Promove o cooperativismo junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e representa o movimento dentro e fora do país e, ainda, c) SESCOOP: o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, o qual foca no desenvolvimento das pessoas e dos negócios para fortalecer o cooperativismo; ele formula e oferece cursos de capacitação, com foco na formação profissional, educação cooperativista, gestão e liderança cooperativa, entre outros.

Vemos que o sistema OCB e seus subsistemas estão presentes em âmbitos importantes da sociedade de forma a proporcionar vez e voz das cooperativas no que se refere ao Estado como um todo. Além disso, os subsistemas possuem atribuições específicas, o que facilita o desenvolvimento do trabalho de forma mais efetiva.

Essa articulação do sistema OCB o faz projetar objetivos, os quais por meio de um Mapa Estratégico (OCB) elaborou sua missão: “Em 2025, o cooperativismo será reconhecido

pela sociedade por sua competitividade, integridade e capacidade de promover a felicidade dos cooperados.” (MAPA ESTRATÉGICO OCB, 2018).

Machado (1989, p. 30) relata que

com o desenvolvimento do capitalismo no País, que passa a exigir um avanço das forças produtivas – ou seja, um aumento e melhoria da capacidade de trabalhadores de produzir, em níveis cada vez mais elevados de produtividade e de acordo como os padrões de comportamentos desejados pela organização de produção – o Estado passa a assumir uma posição e a divulgar outras concepções e valores.

A adoção e divulgação de concepções e valores se amoldaram na estrutura filosófica e ideológica da cooperação. Desta forma, achamos importante lembrar que a organização cooperativa, como a conhecemos atualmente, teve sua origem na Inglaterra, em plena Revolução Industrial, quando 28 operários se reuniram na Sociedade dos Probos de Rochdale, cujo objetivo era de proporcionar uma melhor qualidade de vida. Essas organizações cooperativistas encontraram dificuldades e desafios para se manterem no mercado (SINGER, 2002), sendo que Guimarães (1999) afirma que as razões são diversas, motivadas eventualmente por problemas de gestão, pelas dificuldades de capitalização e pela limitação de atuação da cooperativa, os quais eram oriundos de seus próprios princípios e particularidades.

Ainda de acordo com Guimarães (1999), as primeiras cooperativas surgiram no final do século XVIII e início do século XIX como reação popular contra os abusos e as injustiças cometidas nas relações de produção em plena Revolução Industrial. Ali, já estava surgindo o movimento associacionista por meio de três manifestações: o sindicalismo, o socialismo e o cooperativismo.

Para Ianni (1997), a relevância do trabalho, em suas formas particulares e singulares, começa a se revelar quando se reconhece que o capitalismo transformou o mundo em uma espécie de fábrica e que a industrialização se espalhou por toda parte, contribuindo para um grande desenvolvimento extensivo e intensivo no mundo contemporâneo.

Não podemos deixar de enfatizar esse modelo de organização que a cada dia mostra sua força econômica e social, no mundo atual. As cooperativas passaram, então, a ser regidas de acordo com os critérios e princípios estabelecidos e aprovados em seus regimentos e estatutos. Assim, a cooperativa caracteriza-se por ser, ao mesmo tempo, empresa e associação de pessoas com formas democráticas definidas, que se utiliza da cooperação de todos para alcançar seus objetivos comuns.

De acordo com Schneider (1991), o cooperativismo brasileiro se originou com a implantação das primeiras cooperativas de consumo, em 1891, em Limeira, no Estado de São Paulo, em 1894, no Rio de Janeiro, em 1895, em Camaragibe de Pernambuco, e, em 1897, em Campinas, São Paulo. Em 1892, funda-se, no Rio Grande do Sul, a primeira cooperativa do setor primário, a “Società Cooperativa dele Convenzioni Agricoli Industriali”. As primeiras foram de iniciativa de setores de classe média urbana e de empregados de órgãos públicos ou empresas privadas, e a segunda de grupo de imigrantes italianos, todas de caráter isolado e sem continuidade.

Em 1902, no Estado do Rio Grande do Sul, o padre suíço Theodor Amstadt criou as primeiras Cooperativas de Créditos. Mais tarde, em 1906, com a chegada dos imigrantes alemães, holandeses, italianos e japoneses, bem como com o apoio dos produtores agropecuários locais, outras cooperativas foram criadas, como podemos citar as cooperativas no meio rural. Consoante o sistema OCB (2013), o segundo grande marco do cooperativismo, após o surgimento da primeira cooperativa de crédito, em 1902, foi a criação das Organizações das Cooperativas Brasileiras (OCB), em 1969.

Para Schneider (1991), estas primeiras cooperativas seguiram rigorosamente o modelo e a doutrina das cooperativas europeias, já que se implantaram em ambiente cultural de imigrantes europeus e, também, porque os principais incentivadores para que fossem implantadas eram europeus. No caso das cooperativas de consumo, elas foram fundadas por pessoas influenciadas pela cultura francesa, uma vez que alguns de seus fundadores não perceberam ou não quiseram adequar princípios e modelos a uma realidade histórica, econômica e socialmente diferente.

As cooperativas têm papel importante em praticamente todas as cadeias do agronegócio nacional. Sendo assim, para se obter uma ideia da importância do setor, 50% da produção nacional vêm de um associado a uma cooperativa, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006). Realidade essa que, em 2016, permanecera da mesma forma, segundo dados da mesma fonte, sinalizando que 48% de tudo que é produzido no campo brasileiro passa, de alguma forma, por uma cooperativa.

Se trouxermos os números que fazem menção aos postos de trabalho, perceberemos que o segmento agropecuário no Brasil é responsável por mais de 360 mil empregos e responde com 11% no Produto Interno Bruto (PIB), segundo a OCB (2016). Além disso, a instituição possui registro de 6,6 mil cooperativas, distribuídas nos 13 ramos cooperativos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, infraestrutura, habitacional, produção, trabalho, saúde, turismo e lazer e transporte. A essas associações é garantida, na Constituição Federal (1988), a autogestão das cooperativas assegurando a não interferência do Estado nas associações (REISDORFER, 2014).

Tendo sido indicado por Handy (1996), já na década de 1990, esse novo mundo fora constituído de organizações menores, mais jovens que as suas predecessoras e mais horizontalizadas, por apresentarem menor número de níveis hierárquicos. Nesse cenário, a educação cooperativista exerce um papel primordial, uma vez que tem por tarefa principal promover a integração social e a participação ativa dos cooperados. Dito em outras palavras, busca fazer com que os cooperados intervenham, de forma crítica, na gestão do empreendimento – atribuindo novas metodologias e implementando novas técnicas – e no usufruto dos produtos e serviços econômicos e assistenciais oferecidos pela instituição.

Schneider (1999), por exemplo, afirma que a relação de compromisso entre cooperativa e cooperado não pode se basear apenas na força do estatuto, e deve ser construída pela confiança de que a cooperativa satisfaz as necessidades de seus associados; só assim poderá haver fidelidade de verdade, o que tem impacto direto no desempenho das cooperativas. No entanto, para isso, é de fundamental importância o desenvolvimento da educação cooperativista e da participação de todos.

Bialoskorski Neto (2007) em seu ensaio já discutia sobre a participação dos associados em cooperativas e aferiu que a participação dos cooperados nas assembleias “[...] é inversamente proporcional ao número dos associados, não só em função da maior divisão de poder de decisão como também em função da maior dispersão geográfica do Tabela associativo [...]” (2007, p. 125) e, com isso, pode onerar muito mais o associado. O autor ainda indica que as cooperativas podem amenizar esse impacto por meio de estratégias como a estruturação de núcleos de produtores e, também, assembleias prévias.

Outrossim, Bialoskorski Neto (2007) assevera que é fundamental que os associados percebam como compensatórios seus incentivos e benefícios quando comparado ao número de associados, já que segundo o autor há uma relação inversamente proporcional entre participação e número de associados.

De acordo com o Relatório da OCB/2012, no Brasil 10,4 milhões de pessoas estavam associadas a uma cooperativa em 2012, um aumento de 4% em comparação com os dados obtidos no ano de 2011, o que corresponde a, aproximadamente, 370 mil novos cooperados. Distribuídos regionalmente, a Região Sudeste ficou em primeiro lugar, com 4,9 milhões de

cooperados, seguido da Região Sul, com 4 milhões, e da Região Centro-Oeste, com 713 mil. Já em relação aos estados brasileiros, São Paulo destaca-se na liderança, com 3,4 milhões, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 2,1 milhões, e por Santa Catarina, com 1,2 milhões.

Segundo a OCB (2018), a cultura de cooperação está presente no Brasil desde a colonização Portuguesa, por meio dos funcionários públicos, militares, operários, imigrantes europeus e, ainda, pelos profissionais liberais que estimulavam essa cultura. Mas, apenas no século XVII, houve o registro formal da Cooperativa Econômica dos funcionários de Ouro Preto, cujo objetivo era o consumo de produtos agrícolas. Desde essa época, fundaram-se outras associações em regiões distintas do Brasil.

Essa forma de organização possibilita aumento no nível de renda dos associados, bem como da comunidade em seu entorno; além disso proporciona maior competitividade aos cooperados por realizarem ações coletivas de compras de insumos, distribuição dos produtos e, isso, gera menor custo de transação aos produtores (BIALOSKORSKI NETO, 1997).

Nesse estudo, tomamos o conceito de cooperativismo e não de economia solidária; embora saibamos que a economia solidária emerge no século XIX (GUELIN, 1998), mas houve ascensão de estudos sobre esse na década de 1980. Em função de mudanças significativas de ordem econômica e cultural no mundo todo e, isso, incluiu fechamento de muitas empresas; o desemprego levou os trabalhadores a se organizarem em cooperativas de trabalhadores na Europa. Nessa pesquisa, o cooperativismo discutido está ligado à Organização das cooperativas do Brasil – OCB, uma vez que o acesso e a parceria se estabeleceram em função da experiência do pesquisador.

Esse contexto deve proporcionar uma cultura cooperativista que prime pelos valores ou melhor, pelos princípios do cooperativismo; e o desenvolvimento ou a manutenção desses princípios se dá pela educação cooperativista, tema que é apresentado a seguir.

2.2 A Educação Cooperativista

Antes de iniciar a discussão sobre a educação cooperativista, devemos lembrar que as cooperativas são associações complexas que devem comungar de perspectivas econômicas e sociais tentando encontrar o equilíbrio entre esses dois aspectos, para que elas se mantenham no mercado (VALADARES, 2002; BOESCHE; MAFIOLETTI, 2005; GIMENES; GIMENES, 2007; REISDORFE, 2014).

Nesse sentido, o equilíbrio mencionado acima pode ser encontrado a partir da educação cooperativista, a qual era defendida antes mesmo da criação da primeira cooperativa, em 1844, na cidade de Rochdale, na Inglaterra. Os chamados socialistas utópicos, que se destacam na figura do inglês Robert Owen e seus contemporâneos Charles Fourier e Louis Blanc, asseguravam na pauta de suas reuniões e grupos de estudos este tema, por considerá-lo de grande importância. Mais tarde, lutaram para assegurar como um dos princípios nas suas normas e estatutos e, para garantir o seu funcionamento e viabilidade, manifestaram a necessidade da criação de um fundo específico que a financiasse. Contudo, a educação cooperativista não teve origem no movimento cooperativista, mas nas bases próprias da educação (como mencionado na seção anterior).

A educação cooperativista pode ser definida como “um processo e um método para formular e executar políticas de educação cujas características se referem a aspectos essenciais à prática da cooperação: a gestão democrática” (VALADARES, 2005, p. 33). O autor a compreende, ainda, como um processo inerente à preparação e adoção de planos e estratégias por decisões das bases cooperativistas e dos dirigentes, e sua execução por parte do órgão responsável pela administração do serviço educacional e pelo esquema de organização comunitária, adotado pela cooperativa.

Vemos que a educação cooperativista tem em sua essência a possibilidade de transformação no que se refere à formação e à capacitação dos envolvidos na associação.

Filósofos, historiadores e pedagogos definem a Educação, em sua acepção genérica, como a *produção social do homem*. Nessa definição, a educação seria inerente à condição humana, educar seria *hominizar-se*, transformar-se em homem, produzir-se como homem, diferenciando-se da natureza e do mundo instintivo, considerado mundo selvagem, que é o estado natural. O homem seria distinto da natureza pela capacidade de descobrir, inventar, de produzir os meios de sobrevivência, e transmiti-los culturalmente para o grupo social. Assim, nessa dinâmica, a educação, no *sentido lato*, seria a produção social do homem, sua constituição como homem, conhecida ainda como *endoculturação*. Endoculturar significa trazer para dentro da cultura, integrar ou introduzir no grupo humano, as novas gerações; as formas e técnicas, os instrumentais simbólicos e materiais, representativos e reais, que produziram a inserção de cada ser humano no universo simbólico e cultural, da tradição e da cultura, da realidade econômica formal e cultural ou ideológica. A educação, portanto, no *sentido lato*, seria identificada como o próprio processo civilizatório, dotando as pessoas, os grupos e as gerações dos equipamentos necessários para a vida em sociedade. Nessa direção, a educação coincidiria com a própria trajetória de produção da condição humana. Já no *sentido restrito* a educação seria a capacidade e a potencialidade institucional de produzir a realidade do homem em sociedade, através das instituições formais. Nesta direção, a educação seria entendida como o processo de *escolarização*. A educação estaria vinculada a instituição da escola (NUNES, 2003, p. 58-59).

Porquanto observamos que mesmo sob os dois sentidos, Nunes (2003) apresenta a palavra-chave da educação: transformação. Uma mudança que ocorre no ser humano interior e exterior, seja pela mudança de percepção de si mesmo, seja pela percepção da realidade, que pode ele, o homem, mudar. Salientamos que as transformações ora mencionadas são potencializadas pela globalização da economia e pela intensificação das inovações tecnológicas, em especial as tecnologias de informação e das comunicações, o que faz com que as cooperativas se vejam obrigadas a dar respostas às exigências impostas pelo mercado, bem como repensar o seu papel junto à sociedade (SEIBERT, 2013).

Assim, a educação cooperativista tem por tarefa principal promover a integração social e a participação ativa dos cooperados por meio da transformação, ou seja, fazer com que eles intervenham de forma crítica na gestão do empreendimento e no usufruto dos produtos e serviços econômicos e assistenciais oferecidos pela organização. De acordo com Nascimento (2000), a maioria dos problemas enfrentados pelas cooperativas, inclusive financeiros e de gestão, pode ser solucionado com a efetiva participação de todos os envolvidos no processo, e isso passa pela educação cooperativista.

Com efeito, Portuguez (2013) indica que a educação cooperativista deve ser estruturada nas cooperativas por meio de programas integrados que envolvam os três diferentes níveis dessas associações, a saber: dirigentes, gerência e empregados e associados. Na verdade, o autor indica a estruturação de um instrumento metodológico para a educação cooperativista. Para Morato e Costa (2001), por meio de um programa de educação cooperativista, as cooperativas resgatam a cidadania através da participação, do exercício da democracia, da liberdade e autonomia, podendo ser considerada uma das formas mais avançadas de organização da sociedade civil. Os processos educativos do cooperativismo são os meios pelos quais ocorre transmissão das ideias, dos valores, dos princípios e das atitudes próprias do cooperativismo.

Nesse sentido, Rojas (2010) propõe um Programa de Formação para Educadores em cooperativismo, porque detectou uma lacuna na literatura e na prática sobre a Educação Cooperativista no México. A autora assevera, ainda, que no processo de ensino-aprendizagem da EC devemos abarcar algumas áreas essenciais, quais sejam: conscientização dos alunos

(cooperados) por meio do trabalho coletivo em projetos de educação de forma a transfigurar o modelo mental de educação formal e informal tradicional. Além disso, devemos fomentar um processo de formação de valores cooperativistas solidários por meio da conexão entre teoria e cooperativa (essa deverá vir para a sala de aula), proporcionando aos alunos a gestão cooperativa.

Ainda na consecução do Programa proposto por Rojas (2010), temos cinco elementos mutuamente relacionados e dependentes: o estudante-parceiro, o perfil da pós-graduação, o conteúdo curricular, o método cooperativo e o papel do professor. Esses elementos, segundo a autora, são fundamentais ao êxito do processo ensino-aprendizagem. Rojas (2010, p. 10) ainda refere que

o tema da educação cooperativa é um parceiro adulto, que já tem um aprendizado prévio, adquirido ao longo de sua vida através da educação formal e informal, que lhe transmitiu a cultura, os valores, o sentimento de pertença a um grupo, a identidade nacional; e determinou a visão de mundo do mundo, seu ambiente imediato e ele próprio. O interesse do adulto em aprender é baseado na compreensão de um problema que está presente em sua vida, quando você não pode dar uma resposta ou quando você está confuso. A motivação para a aprendizagem de adultos é baseada na resposta e solução para problemas práticos de sua vida. Para alcançar a aprendizagem, empreender então as tarefas necessárias em busca de soluções. O perfil de saída da educação cooperativa busca treinar seus membros como verdadeiros cooperadores, isto é, pessoas com uma forte identidade e senso de pertencente ao modelo cooperativo (tradução nossa).

A proposta de Rojas (2010) é inovadora, pois o aluno deve ser produtor do conhecimento e não receptor dele, chamando atenção, também, para o aprender-fazendo (PESTALOZZI, 1946), em que os professores são apenas facilitadores na relação docente-discente. Nessa lógica, Schneider (2003) reforça que a educação deve promover a reflexão, a discussão e a ação de todos os envolvidos de forma gradual e contínua para despertar neles o interesse pela participação e, assim, transformá-los em agentes do próprio desenvolvimento. Observamos que a educação cooperativista proporciona um melhor uso e conhecimento das atividades, procedimentos e investimentos que podem ser operados no sistema cooperativista. Desse modo, por considerar a educação cooperativa como algo tão fundamental, o cooperativismo a traz como um dos seus princípios.

A Lei nº 5.764/71 estipulava os princípios do cooperativismo descritos a seguir:

a) Adesão livre e voluntária: as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e a assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, classe social, raça, política e religião;

b) Participação econômica dos membros: os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e o controlam de forma democrática. Parte deste capital é normalmente propriedade comum da cooperativa. Como as empresas cooperativas não visam lucro, quando há sobras nas operações, estas voltam aos seus associados de acordo com a sua movimentação, do mesmo modo as perdas;

c) Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem à capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros de forma a manter a autonomia da cooperativa;

d) Educação, formação e informação: a lei prevê que 5% das sobras líquidas de cada exercício social seja destinada ao Fundo de Assistência Técnica Educacional e social (FATES), pois as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir de forma eficaz em suas respectivas cooperativas;

e) Interooperação: a cooperação entre cooperados e cooperativas deve se estender ao relacionamento entre cooperativas de segundo e terceiro grau, no âmbito local estadual e nacional, aperfeiçoando e expandindo o sistema;

f) Interesse pela comunidade: as cooperativas se preocupam com o bem-estar da comunidade a qual fazem parte; e

g) Gestão democrática: as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Cada membro tem direito a um voto, tendo a assembleia como órgão soberano.

Percebemos as singularidades que amoldam as cooperativas, que mesmo diante de uma demanda econômica, devem prezar pela eficácia social e pela manutenção de sua identidade doutrinária por meio de seus princípios. As variáveis, econômicas e social, entremeadas na estrutura cooperativista, devem estabelecer uma confluência com vistas ao equilíbrio da associação (BOESCHE; MAFIOLETTI, 2005) sob pena de gerirem estas variáveis e seus recursos de forma deficiente (GIMENES; GIMENES, 2007).

Conquanto, na década de 1980, Schneider já ponderava que não bastava apenas seguir os princípios cooperativistas para determinação da natureza e o funcionamento das cooperativas. Existe uma questão subjacente a elas: o contexto sócio-histórico os quais estão inseridas (SCHNEIDER, 1981). Nesse sentido, percebemos que os princípios cooperativistas podem ou não ser mais ou menos vivenciados a partir da cultura em que estão imersos. Rech (1995) corrobora com Schneider exemplificando os países como Suécia, Noruega e Israel, nos quais a democracia é um benefício e direito de todos o que conduz as cooperativas numa busca mais justa e igualitária.

Reisdorfe (2014) percebe a cooperativa sob uma dimensão social, juntamente à dimensão econômica. Ao trazermos a dimensão social, não podemos apenas pensar nas relações sociais estabelecidas entre os cooperados, mas também, na relação estabelecida entre a cooperativa e a sociedade que a cerca (DRIMER; DRIMER, 1973). Essa relação bidirecional é inseparável e está suportada pelos princípios do cooperativismo que definem sua natureza e sua organização e, também, pelos valores.

A educação cooperativista tem por base valores, que devem permear as atividades e atitudes dos cooperados. Para dar um maior grau de importância, a Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, define a obrigatoriedade do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), que é o principal instrumento de promoção social dos associados, gestores e colaboradores por meio da educação e do aproveitamento técnico, reservando 5% do capital excedente das cooperativas para que sejam empregados nas ações educativas desenvolvidas pelas cooperativas. Esse investimento em educação cooperativista é tão relevante para o sistema cooperativo que está assegurado por força de lei (FERREIRA, 2015).

Schneider (1999, p. 111) afirma que “os grandes cooperativistas foram também grandes educadores”, os quais foram competentes para desenvolverem ações que transmitissem novos conhecimentos aos membros de uma cooperativa. O autor ainda declara que, “os processos educativos são os meios pelos quais ocorre a transmissão das ideias, dos valores, dos princípios e das atitudes próprias do cooperativismo. Por isso há estreitos vínculos entre cooperativismo e educação” (SCHNEIDER, 2003, p. 16). Essa relação intrínseca entre educação e cooperativismo, se vivenciada na íntegra, pode gerar resultados exitosos por parte da associação e, conseqüentemente, para seus associados. Isso porque a educação conduz a uma transformação de pensamentos, de percepções sobre si mesmo e sobre a realidade em que está imerso, implicando em mudanças de comportamentos (FREIRE, 1983).

A educação cooperativista proporciona ratificar os valores cooperativistas, qualificar os associados a partir do papel que esse deve desempenhar na associação. Destarte, acreditamos que a Educação Cooperativista deve ser uma ação constante para incentivar e desenvolver os princípios cooperativos que, aliado aos ideais do movimento, possam

transformar os conhecimentos adquiridos em ações mais eficientes que contribuam para a permanência e a revitalização do movimento cooperativista.

O movimento cooperativista firmou um compromisso com a educação conforme a Declaração de 1995 que diz:

as cooperativas têm como objetivo permanente destinar ações e recursos para educar, formar e capacitar seus associados, dirigentes, conselheiros e empregados, para a prática do cooperativismo e para o uso de técnicas e equipamentos no processo de produção e comercialização (MAPA, 2012, p. 10).

Destacamos, ainda, que essa educação não seria apenas a distribuição de informações, o que significa o entendimento para perceber a complexidade e a riqueza do pensamento e ação cooperativos. Quanto à formação, foi assegurado que todos os associados tenham habilidades necessárias para cumprir, eficientemente, suas responsabilidades; a educação e a formação também oferecem aos gestores das cooperativas a compreensão das necessidades de suas associações. Nesse sentido, através da educação e formação, os gestores são conduzidos de forma a permitir a avaliação das atividades da cooperativa, bem como sugerir métodos para melhorar ou fornecer novos serviços. Sendo assim, uma cooperativa que promove uma comunicação bilateral efetiva entre seus membros e gestores opera de forma eficiente (ACI, 2013).

A Educação Cooperativista constitui um dos pilares para o desenvolvimento das cooperativas, pois é essencial para o entendimento e para a aplicação dos demais princípios cooperativos. Conforme Schneider (2003), a EC tem como objetivo explorar as potencialidades e as habilidades do indivíduo para que ele possa pensar, refletir, discutir e agir no contexto em que está inserido, bem como para que possa encontrar-se com sua realidade através de “um processo gradual motivador que desperte o interesse para participar ativamente em suas instituições” (SCHNEIDER, 2003, p. 14).

Podemos afirmar, então, que a educação cooperativista é um processo e um método para formular e executar políticas de educação cujas características se referem a aspectos essenciais à prática da cooperação: a gestão democrática. Desta forma, a EC é o processo de preparação para adoção de planos e estratégias por decisões das bases cooperativistas e dos dirigentes e sua execução por parte do órgão responsável pela administração do serviço educacional e pelo esquema de organização comunitária, adotado pela cooperativa (VALADARES, 2004).

Schneider (2003) fortalece a ideia de que essa educação deve promover a reflexão, a discussão e a ação de todos os envolvidos de forma gradual e contínua para despertar neles o interesse pela participação e, assim, transformá-los em agentes do próprio desenvolvimento. Desse modo, a educação cooperativista tem como meta promover a integração social, assim como a participação dos cooperados. Observamos, neste sentido, que os processos educativos do cooperativismo são os meios, ou seja, os métodos pelos quais ocorre a transmissão das ideias, dos valores, dos princípios e das atitudes próprias do cooperativismo.

Freire (1979, p. 28) assevera que a educação “implica em uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela”. Continua o autor declarando que é uma busca permanente de si mesmo, uma vez que a educação tem caráter permanente, não havendo seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas que não são absolutos. O homem, por ser inacabado, incompleto, não tem o conhecimento de maneira absoluta (FREIRE, 1979).

É neste âmbito que a EC está inserida com relação ao processo e à metodologia aplicada na educação cooperativista. Para Garzon (1978), o conceito de educação cooperativista é muito abrangente, pois, de um lado, inclui formação nos princípios essenciais do cooperativismo, os quais têm aplicação concreta nas conjunturas econômicas, sociais,

políticas e culturais de cada país/região, e, por outro, visa à capacitação técnica nos métodos e procedimentos relacionados à gestão eficiente da empresa cooperativa, em geral nas modalidades de cada tipo de atividade cooperativa. Além disso, promove a difusão de ideias cooperativas entre os diferentes grupos humanos: associados, gerentes, empregados.

Drimer e Drimer (1973) explanaram sobre o processo da educação cooperativista, o qual é potencializado em ambientes cooperativos pelas próprias finalidades desse. Porquanto, a atmosfera de participação coletiva, de compartilhamento, é sim um ambiente frutífero ao desenvolvimento da educação cooperativista. Nesse sentido, os autores apresentam os vários aspectos que estão imbricados nesse processo:

- a) O processo de apreensão dos conhecimentos sistematizados necessários à compreensão dos fenômenos físicos, sociais, econômicos;
- b) O domínio de informações necessárias ao aperfeiçoamento técnico das atividades da cooperativa;
- c) Conhecimentos específicos do cooperativismo – história do movimento cooperativo, fundamentos filosóficos, sociológicos, políticos e informações sobre a legislação; e,
- d) Conhecimentos gerais que possibilitam aos sócios exercer as funções de deliberar, dirigir, controlar de modo eficaz e dentro das normas democráticas que caracterizam o ideal cooperativo.

Observamos que o processo da educação cooperativista não apenas se assenta na reprodução dos princípios cooperativistas, mas também na transformação dos cooperados que, de forma solidária, ampliam sua percepção e se tornam corresponsáveis de si, dos outros e da sociedade a qual a cooperativa está inserida.

Para Schneider (2003), a EC, além de capacitar as pessoas a adquirirem melhores conhecimentos sobre o que é e exige a cooperação, sobre o que é a identidade específica das organizações cooperativas, visa igualmente atrair novos associados, reforçar e qualificar a participação dos cooperados, reciclar os funcionários para que eles possam ter um bom relacionamento com os coproprietários do empreendimento e, também, para conhecer melhor a organização na qual trabalham.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 O Desenho de Pesquisa

No Estado de Roraima estão instalados nove dos 13 ramos do cooperativismo e que conta, atualmente, com 67 cooperativas, das quais 22 pertencem ao ramo agropecuário, com 1.487 cooperados e estão presentes nos municípios do Estado, cabendo a cidade de Boa Vista o maior número, num total de 10 cooperativas (SESCOOP/OCB/RR, 2016). Sendo assim, das 10 associações contactadas, apenas três aceitaram o convite de participação na pesquisa, sendo elas: COOPERCINCO, COOPERHORTA e COOPANA.

A escolha desse ramo ocorreu pelo crescimento do segmento, o qual apresentou números significativos em termos de desempenho nos últimos anos: em 2017, por meio dos projetos estruturantes, foram desenvolvidas ações que se referem à formação profissional e ao monitoramento das cooperativas; além disso, o segmento agropecuário foi responsável por fomentar o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Roraima. Das 68 associações registradas no SESCOOPE/RR, as de maior produtividade pertencem aos ramos agropecuário e de transporte (RELATÓRIO DE GESTÃO SESCOOP/RR, 2017).

A seguir, o desenho da pesquisa (FIGURA 01) que se delineou em função da questão de pesquisa.

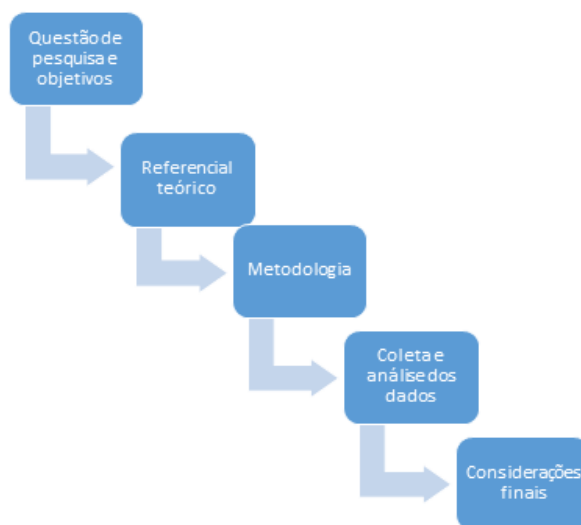


Figura 01: Desenho de pesquisa.

Ressaltamos que, embora tenhamos uma figura processual de pesquisa, ou seja, por etapas, o desenvolvimento dessas etapas não é estanque. Na verdade, ao longo de todo o processo, voltamos ao referencial, buscamos obras seminais e atuais sobre o assunto pesquisado.

Ao passo que fazíamos a Revisão de Literatura, a metodologia fora delineada, pois ela está intrinsecamente conectada ao objetivo de pesquisa. Os objetivos da investigação determinaram os procedimentos metodológicos, considerando o tempo, recursos e a habilidade do pesquisador

Após essa definição e já definidos as técnicas de coleta e análise de dados, realizamos nossa ida a campo; vimos que para dar conta de todos os objetivos de estudo seriam necessárias as abordagens quali-quantitativas de pesquisa. O material coletado foi analisado e procedemos à redação dos resultados, tendo, por fim, a elaboração das considerações finais.

Todo o processo de pesquisa requer organização e sistematização do conhecimento, sejam provenientes de dados primários ou secundários. Assim tentamos, nesse estudo, sistematizar todo o conhecimento gerado, seja pela tradução na íntegra dos dados provenientes das entrevistas, seja pelos dados coletados pela observação do pesquisador.

3.2 Tipo de Pesquisa

O presente estudo caracterizou-se como sendo exploratório e descritivo. Consideramoslo exploratório por estar diante da carência e limitações de estudos e, ainda, por haver pouca informação e bibliografia disponível sobre o tema abordado (Bases de dados consultadas: *Scielo, Ebscohost e googlescholar*). Consoante Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, assim como o aprimoramento de ideias e o planejamento que é bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao objeto estudado.

Este estudo é, também, descritivo, porque se deseja descrever as características de um fenômeno, qual seja: o da Educação Cooperativista no Estado de Roraima. Triviños (2009) aborda que o foco destes estudos reside no desejo de conhecer as características e os perfis importantes das pessoas, dos grupos, das comunidades ou de qualquer outro fenômeno que se submeta a uma análise. Gil (2008) acrescenta, ainda, que nas pesquisas descritivas o objetivo principal é a descrição das características de determinada população ou fenômeno, e o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Trata-se, também, de pesquisa documental, a qual foi realizada nos arquivos da Organização das Cooperativas Estaduais (OCEs), do Serviço Nacional de Aprendizagem ao Cooperativismo (SESCOOP /RR), e nas cooperativas que fazem parte deste estudo, na busca de melhor compreender as ações de educação cooperativista promovidas por estas organizações.

Quanto à Análise documental, não foi possível realizar análise documental em profundidade haja vista que o SESCOOP informou que todos os arquivos foram destruídos em um incêndio, tendo, portanto, o déficit de informações quanto às práticas de educação cooperativista. E, nas cooperativas em estudo, percebemos que não há hábito de registros de ações, apenas formalização de frequências em cursos, ou eventos similares para fins de atestar a ação promovida pelos órgãos parceiros. Os dados são quantitativos em termos de números de participantes, mas não registros subjetivos sobre demandas ou tampouco sobre o motivo e satisfação participação dos cooperados em ações de educação cooperativista.

3.3 População e Amostragem

A população investigada nesse estudo foi formada pelos presidentes, diretores (chamados de dirigentes) e demais cooperados de três cooperativas do ramo agropecuário do município de Boa Vista, no Estado de Roraima, que promovem ações de educação cooperativista dirigidas aos seus cooperados. As cooperativas que aceitaram participar da pesquisa foram a COOPERCINCO, a COOPERHORTA e a COOPANA (as quais são mencionadas nesse estudo, também, como Cooperativa A, B e C, respectivamente).

A amostragem foi do tipo por acessibilidade, onde se selecionou os respondentes a partir do acesso obtido aos mesmos nas reuniões de assembleia que o pesquisador teve acesso (GIL, 2008) e, para tanto, contamos com a pré-disposição dos cooperados e de suas cooperativas mediante a aceitação de um convite. Após a obtenção da autorização das cooperativas, foi enviado um novo contato de agradecimento e que informava a data e o período em que o estudo seria realizado. Ao todo, participaram nove dirigentes de três

cooperativas do segmento investigado. Quanto aos cooperados, foram distribuídos 100 questionários, tendo retornado 77, sendo esse número o resultado da participação do pesquisador nas assembleias das três cooperativas que aceitaram participar da pesquisa.

3.4 Entrevistas

Para identificar a forma de Educação Cooperativista nas cooperativas agropecuárias no município de Boa Vista, Roraima, realizamos entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas aos presidentes e diretores das cooperativas, bem como questionários com questões fechadas aplicados aos cooperados.

Ressaltamos que os entrevistados (dirigentes) foram referenciados como D11 até D14 para a COOPERCINCO, enquanto que os três dirigentes da COOPERHORTA foram mencionados como D21 até D23 e, para os entrevistados da COOPANA, D31 e D32 – isso porque foram entrevistados nove dirigentes. Já quanto aos cooperados, ao todo participaram 77 indivíduos, sendo 35 associados da COOPERCINCO; 32 associados da COOPERHORTA e 10 associados da COOPANA. Frisamos que esses números equivalem em média 20% do total de membros de cada cooperativa.

As entrevistas foram realizadas pessoalmente, com auxílio de um roteiro de questões abertas (APÊNDICE A), levando em média 40 minutos, as quais foram gravadas a partir da permissão dos entrevistados, e transcritas na íntegra. Já os questionários (ANEXO 1) foram aplicados pelo próprio pesquisador nas assembleias de cada cooperativa (mesmo período das entrevistas).

3.5 Questionários

Quando da aplicação dos questionários, optamos pela escolha do instrumento que obedeceria a escala de atitudes do tipo Likert para medir a atitude dos cooperados em relação às ações de educação que lhes são dirigidas, tendo as opções: 1 – Discordo totalmente; 2 – Discordo; 3 – Nem discordo nem concordo; 4 – De acordo; e, 5 – Totalmente de acordo. Frisamos que esse instrumento fora adaptado da dissertação de mestrado de Ferreira (2009), a qual tinha como objetivo conhecer, descrever e analisar as principais organizações que realizam educação cooperativista junto às cooperativas do Estado de Minas Gerais.

Para Richardson (2007), o método Likert determina mais diretamente a existência de uma ou mais atitudes no grupo de itens considerados, e a escala construída a partir desses itens mede o fator mais geral. Aos escores desta escala não se pode dar um significado absoluto, pois eles são relativos àqueles do grupo para o qual se construiu a escala.

O método Likert começa com a coleta de uma quantidade importante de itens que indicam atitudes negativas e positivas sobre um objeto, uma instituição ou tipos de pessoa. A escala não utiliza juízes, e se constrói por meio de técnicas de análise de itens, trabalhando diretamente com os escores dos entrevistados. O uso de uma escala de cinco pontos proporciona, ainda, maior informação que uma simples dicotomia “acordo” ou “desacordo”.

3.6 Análise dos Dados

Os dados obtidos por meio dos questionários foram compilados em uma tabela e transformados em porcentagens, sendo visualizados através de gráficos gerados (resultados gerais) a partir de análise estatística descritiva. A apresentação dos resultados foi de forma coletiva juntando-se as opiniões dos respondentes sem distinção por cooperativa. Depois foi

feita a análise das respostas de forma individual, ou seja, por cooperativa. Na tabela 3, os resultados foram apontados em três escalas, cada uma identificada por um sinal: - para a soma das respostas discordo totalmente e discordo parcialmente; + em que se tem a soma do concordo totalmente e concordo parcialmente e, zero (0) para nem concordo nem discordo. De posse dos dados obtidos nas etapas anteriores, realizamos uma análise conjunta e um prognóstico das ações para melhorar as fragilidades encontradas.

Já para o conteúdo proveniente das entrevistas, elaboramos categorias de análise (a partir do referencial teórico), a saber: a) O processo e o papel da Educação Cooperativista (questões de número 1 a 4 do roteiro de entrevistas); b) Participação dos associados e parcerias à EC (questões de número 5 a 7 do roteiro); e, por fim, c) Fragilidades na implementação da EC (questões de número 8 a 10 do roteiro). Dentro dessas categorias, procedemos a análise temática de conteúdo que, segundo Bardin (2016, p.82), possibilita

“multiplicar os desmembramentos temáticos, classificando e dividindo as significações do discurso em categorias em que os critérios de escolha e de delimitação seriam orientados pela dimensão da análise, ela própria determinada pelo objetivo pretendido”.

Ressaltamos que a pesquisa também contou o recurso da observação e que será apresentada no decorrer da discussão dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterizando a COOPERCINCO, a COOPERHORTA e a COOPANA

Como já mencionado nesse estudo, o ramo agropecuário em Roraima tem uma expressiva participação no PIB estadual. O segmento é caracterizado pela prestação de serviços no recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização de produtos. Está presente em quase toda a cadeia produtiva do Estado de Roraima segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem do cooperativismo Administração de Roraima- SESCOOP/RR (2018).

O SESCOOP/RR realizou algumas ações que visaram a parceria junto a algumas instituições de ensino, como a Universidade Federal de Roraima (UFRR), a qual executou duas edições do MBA em Gestão de Cooperativas, nos últimos 5 anos. Essa parceria não apenas qualificou seus associados, mas também reforçou a identidade do grupo, do coletivo e do espírito cooperativista. Dessa ação, resultaram trabalhos acadêmicos, como artigos científicos, os quais foram publicados em revistas da área e em congressos nacionais e internacionais. Ainda, foram feitas visitas técnicas em Cooperativas dos estados do Rio Grande do Sul (primeira edição do MBA) e do Paraná (segunda edição). Além disso, o SESCOOP/RR manteve parcerias com Sesc/Senat, Sebrae e outras instituições de ensino.

A seguir, apresentamos as cooperativas que aceitaram participar da pesquisa.

4.1.1 Cooperativa Agropecuária do Projeto de Assentamento Nova Amazônia (COOPERCINCO)

Essa cooperativa foi criada por iniciativa e necessidade de 21 agricultores familiares vindos do Rio Grande do Sul. Está situada no município de Boa Vista, no Estado de Roraima, e foi fundada em 28 de janeiro de 2006, com sede na BR 174, RR 342, Km Zero, estrada do Taiano, zona rural no projeto de assentamento Nova Amazônia. Somente em março de 2006 adquiriu personalidade jurídica através de registro nos órgãos competentes, sendo que seus sócios são pequenos produtores da área agrícola na modalidade de agricultura familiar de até 80 ha.

A COOPERCINCO tem como princípios fundamentais a liberdade, a democracia, a cooperação e a ajuda mútua, tendo sido construída para fins de defender, proteger, planejar e coordenar programas e projetos de interesse da agricultura familiar, e tem por objetivos combater a fome na cidade e gerar renda no campo. Atualmente, possui em seu Tabela 280 sócios efetivos, distribuídos nos 15 municípios do Estado.

A COOPERCINCO vem trabalhando com os programas do Governo Federal através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em que os produtos oriundos da agricultura familiar dos médios e pequenos produtores são distribuídos nas escolas estaduais e municipais, nas creches e nas organizações não governamentais. Portanto, esses são considerados os grandes projetos atualmente desenvolvidos, os quais trazem um bom retorno para os seus cooperados.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), comumente denominado como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE) e assegura que pelo menos 30% dos produtos destinados para a alimentação escolar deverão ser originados da agricultura familiar. Visa, ainda, a transferência em caráter complementar de

recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutritivas dos alunos. É considerado, desta forma, um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado (BRASIL, 2009).

A COOPERCINCO exerce um papel de grande importância junto a seus cooperados na conscientização dos que trabalham no meio rural, ao falar na possibilidade de se associar, realizando ações que promovam esclarecimentos e mostrem os benefícios de ser sócio da cooperativa, pois, atuando juntos, adquirem vantagens que, sozinhos, seria quase impossível diante da conjuntura atual. Como exemplo, podemos citar a eliminação da relação empregado e empregador, uma vez que o associado é o próprio dono, a eliminação do atravessador, sendo que os associados produzem e vendem juntos, a representação coletiva de interesses ou necessidades de todos e a negociação de melhores preços, prazos e formas de pagamentos junto aos fornecedores mediante a compra, em grande quantidade. Assim, esses e outros benefícios serão adquiridos à medida que essas associações forem se fortalecendo.

O setor agropecuário de Roraima tem grande potencial para solidificar, de forma significativa, a economia do Estado, pois, atualmente, vem desenvolvendo não só com subsistência, mas com muita eficiência, chegando a exportação de seus produtos. Vale salientar, ainda, que a COOPERCINCO já auxilia seus cooperados a exportar melancia para o Estado do Amazonas.

4.1.2 Cooperativa dos Hortifrutigranjeiros de Boa Vista (COOPHORTA)

A COOPHORTA foi fundada em 2003 com o intuito de promover a instalação, a assistência técnica e a comercialização dos produtos oriundos das estufas da área rural de Boa Vista, beneficiando a agricultura familiar.

O projeto ESTUFA, desenvolvido pela prefeitura do município de Boa Vista, desde 2001, em parceria com a COOPHORTA, desde 2013, comercializa a produção dos associados junto à cooperativa até os dias atuais. A iniciativa de gestão da prefeitura consiste em doar estufas e fornecer assistência técnica, tanto para a instalação quanto para a produção, além do incentivo ao cooperativismo. Como resultado, tornou a capital roraimense autossuficiente na produção de legumes e verduras, bem como constituiu-se em importante fonte de renda e de emprego. O projeto envolve 300 empregos permanentes e 700 temporários nas épocas de colheita.

Atualmente, a COOPHORTA desenvolve projetos junto às instituições financeiras com o Banco da Amazônia (BASA), através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), projeto esse feito pelos técnicos pertencentes à cooperativa. A COOPHORTA tem em seu Tabela de associados 180 sócios efetivos que têm vantagens como, por exemplo, a aquisição de insumos mais baratos (porque são adquiridos em grande quantidade), a destinação de mercadorias, a orientação de mercado e o manejo.

No ano de 2010, com a Lei nº 11.947/2009, passou a fazer parte dos programas do Governo Federal no fornecimento de alimentação escolar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garante, em seu Art. 14, que todo o alimento a ser fornecido na rede escolar de ensino, por qualquer ente federado, deva ser adquirido, no mínimo, de 30% da agricultura familiar.

Considerado um dos projetos mais importante para a COOPHORTA, o convênio entre a Fundação do Banco do Brasil-BNDES-COOPHORTA possibilitou a aquisição de três caminhões com baú refrigerados, um veículo utilitário para o apoio de assistência técnica e um carro de passeio para as atividades administrativas. Ainda, esse projeto mobiliou todo o escritório da cooperativa, dando um melhor atendimento aos cooperados.

4.1.3 Cooperativa do Projeto de Assentamento Nova Amazônia (COOPANA)

Oriunda de um projeto de produção de mudas em viveiros e de práticas de sustentabilidade no campo, desenvolvido por professores da Universidade Federal de Roraima, tem como objetivo oferecer cursos de associativismo e cooperativismo como alternativas para a oportunidade de trabalho e geração de renda. Para isso, foram feitas parcerias com a SESCOOP para a realização dos cursos de qualificação.

A ideia era trazer os principais temas a serem discutidos, desde os aspectos legais, a legislação, o como se associar a uma cooperativa, a forma de gestão da cooperativa, a estrutura organizacional e as sobras e perdas – toda essa qualificação estava voltada para a preparação da criação de uma cooperativa. Passos foram dados e logo foi feita a primeira reunião nas instalações da Universidade Federal de Roraima, com os próprios agricultores familiares assistidos pelo projeto, onde foi designada uma comissão que daria continuidade aos trabalhos dentro do projeto de assentamento.

Várias outras reuniões foram realizadas e discussões foram feitas até chegar a criação propriamente dita, em 12 de junho de 2015, da COOPANA, tendo como seu primeiro presidente o senhor Euripes Rosa da Silva e contando atualmente com 51 associados. Os trabalhos de mobilização e estudo de viabilidade socioeconômica vêm sendo realizados visando atender os agricultores familiares dos dois projetos de assentamento: Projeto de Assentamento Nova Amazônia e Projeto de Assentamento Nova Amazônia I – comunidade do Truaru, sendo gerenciada pelo conselho gestor. Durante os 3 anos de criação, teve muitas dificuldades em sua implantação, sendo que a questão burocrática foi o seu maior empecilho.

4.2 Entrevistas – A Educação Cooperativista no Segmento Agropecuário em Boa Vista/RR: a percepção dos dirigentes das cooperativas

4.2.1 Categoria: O Processo e o Papel da Educação Cooperativista

Consideramos importante relembrar que realizamos entrevistas com presidentes e diretores das cooperativas analisadas. Para tanto, o roteiro de perguntas elaborado para guiar as entrevistas iniciamos com o questionamento do trabalho da cooperativa no que se refere à EC. Dos nove dirigentes entrevistados, quatro são da COOPERCINCO, três da COOPERHORTA e dois da COOPANA. Desse total, sete afirmaram que as associações aplicam a Educação Cooperativista junto aos seus cooperados por meio de cursos, palestras, encontros, orientações a projetos e, ainda, levando informações com novas técnicas. O entrevistado D11 ainda salientou: *“nesse mês, estamos enviando nosso diretor administrativo para Minas Gerais, em um evento sobre cooperativismo”*. Essa ação, segundo o entrevistado, além de proporcionar capacitação ao associado – nesse caso diretor –, o torna promotor da filosofia cooperativista, de forma a consolidar os valores e os princípios do cooperativismo.

Alguns entrevistados indicaram, além de cursos e palestras, a própria assembleia e as reuniões como ações de difusão da Educação Cooperativista: *“assembleias”* (D21); *“informativos e reuniões”* (D14). Esse mesmo entrevistado ainda sinalizou: *“Pós em Gestão de Cooperativas; visitas em associações e sindicato e visita ao cooperado”* (D14). Lembremo-nos que em um dos princípios do cooperativismo consta: *“educação, formação e informação”*, sendo que esse último aspecto apareceu na fala do entrevistado D21, ao pontuar: *“a educação cooperativista na nossa cooperativa se dá através de palestras, encontros, cursos, levando informação com novas técnicas”*.

O entrevistado D23 mencionou o estatuto da associação, no qual vigora que *“para fazer parte de uma cooperativa tem que participar de cursos”*, ou seja, vemos que há um

caráter obrigatório, mas fundamental que essa governabilidade se estabeleça a fim de auxiliar no alcance dos objetivos da educação cooperativista. Há de se ter um mínimo de regras a fim de conduzir os indivíduos a compreenderem e concentrarem-se naquilo que se está proposto a fazer, lembrando que Pestalozzi (1946) já falara da necessidade de regras e de normas que possam auxiliar na condução do processo educativo.

Dessa forma, percebemos fluidez na proposta de Educação Cooperativista dessas associações, uma vez que elas se colocam de forma ativa no compartilhamento de conhecimentos entre os associados, estabelecendo uma atmosfera de profissionalização, ou seja, de capacitação (DRIMER; DRIMER, 1973) dos associados, dos dirigentes e dos trabalhadores. Contudo, é importante entender que a EC não está apenas para profissionalizar os associados (SCHNEIDER, 2003). Há, neste sentido, uma questão que não pode ficar à deriva: a educação intelectual e moral dos indivíduos, já que essa última é de extrema relevância por tratar dos valores que devem ser vivenciados pelos indivíduos no processo de educação (PESTALOZZI, 1946). A EC se pauta, então, no imbricamento dessas perspectivas educacionais, ou seja, profissional, intelectual e moral.

Isso nos conduz a levantar alguns questionamentos: as ações difusoras da Educação Cooperativista estão sendo eficientes? Esses dirigentes a compreendem como um método? Eles formulam projetos ou programas que tenham como base a EC não apenas voltados à capacitação dos associados, mas como um método que possa estimulá-los a transformarem suas percepções (de si próprio e da sociedade/comunidade a qual estão inseridos)? Esses questionamentos se tornam relevantes, uma vez que estamos partindo da proposta de EC que não apenas se volta à propagação dos princípios cooperativistas, incluindo ela, mas que se propõe a difundir a possibilidade de transformação dos associados por meio dos valores cooperativistas.

Além das ações realizadas pela própria cooperativa, “*temos parcerias como, por exemplo, com as associações de agricultura familiar – Pólo 1*” (D31). O entrevistado D32 acrescenta, ainda: “*SENAR, SEBRAE e a UFRR*”. Assim, indicaram outras instituições como a OCB e a SESCOOP. Dois entrevistados, além de sinalizarem essas instituições, indicaram materiais institucionais aos cooperados, em especial um entrevistado (D22), que respondeu que a cooperativa realiza:

“Encontros presenciais através da OCB/SESCOOP, geralmente no município de Boa vista, com poucos participantes. Estamos estudando a descentralização desses cursos. Como temos cooperados em todo o Estado, e a maioria vive no meio rural, com dificuldade de acesso às sedes dos municípios, pelo menos queremos levar estas ofertas nas sedes dos municípios, ou seja, o mais próximo possível do cooperado, assegurando a maior participação do mesmo” (D22).

Observamos pelo relato do entrevistado a preocupação de realizar a EC proporcionando a todos os cooperados aquilo que Martin (2005) já ponderara: que a Educação Cooperativista não apenas formará gestores de cooperativas, mas pessoas iluminadas, esclarecidas. O autor acrescenta, ainda, que “*não poderá haver cooperativistas esclarecidos e convictos sem uma educação cooperativa formal e informal*” (MARTIN, 2005, p. 71).

Vimos que na pesquisa de Marques e Schmidt (2014), sobre a EC em uma cooperativa de artesanato no Sul do Brasil, os associados não realizavam a educação cooperativista, e isso tinha reflexo no desempenho da associação. O funcionamento da cooperativa era precário e percebíamos a vontade de mudança por parte dos cooperados, pois desde que fora fundada não haviam recebido nenhuma aprendizagem sobre o cooperativismo ou a educação cooperativista. Isso tem reflexo nas colocações de Martin (2005), que assevera que o cooperativismo é muito mais do que uma forma de organização, sendo, portanto, uma filosofia de vida, e que a manutenção dessa filosofia, bem como sua compreensão, só vem por

meio da EC. É fundamental ter e compreender, então, o significado do cooperativismo para, assim, o vivê-lo.

Quando falamos em significado, estamos nos referindo à compreensão do que seja o trabalho coletivo, dos objetivos do cooperativismo e a real dimensão de seus princípios. Em pesquisa realizada em uma cooperativa do Rio Grande do Sul, cuja atividade principal era a produção e a comercialização de pescado, Soares e Santos (2014) investigaram a integração dos associados, e perceberam que não havia confiança entre os cooperados, principalmente em relação à presidência da cooperativa. Ainda, indicaram que a comunicação estava deficitária e que isso era reflexo da falta de compreensão das características de ser cooperado, bem como indicaram a falta de aproximação da gestão e dos associados. Isso denotou baixa confiança nos membros do grupo/associação, o que colocava em xeque a transparência dos atos dessa por parte da gestão.

Temos algumas questões que devem ser discutidas nesse caso, como: quais os motivos que levaram as pessoas a se unirem em associação? Brito e Rosa (2013), ao investigarem a gestão democrática em cooperativas do ramo agropecuário de Roraima, observaram que um dos motivos para o ingresso na cooperativa era de âmbito fiscal (isenção em impostos estaduais), bem como que a atividade agropecuária era secundária aos associados investigados. Portanto, é fundamental se ter a compreensão suficiente do papel do cooperativismo no nível individual e coletivo. Outra questão é: os associados sabem e percebem o significado dos princípios cooperativistas? Esses questionamentos são pertinentes e podem ser respondidos a partir da realização da educação cooperativista – isso porque é o papel dela.

Nesse sentido, perguntamos dirigentes o papel da Educação cooperativista e eles relataram que o papel é:

“Fundamental para o fortalecimento do sistema do cooperativismo, para entender como funciona as cooperativas. Se a pessoa entende como funciona em si a cooperativa ele vai buscar fortalecer, vai ter o sentimento que a cooperativa faz parte da vida dele, vai entender que a cooperativa é diferente de uma empresa comum, da relação patrão e funcionário. Aqui o cooperado é dono, faz parte do processo que ele pode mais tarde vir compor/ocupar cargo de gestão. Para isso tem que ter essa educação” (D11).

“Muito importante oferece conhecimentos e, de posse desses conhecimentos, melhora sua atuação e passam a ver a cooperativa de outra maneira” (D12).

“Melhora a atuação dos cooperados e gestores dentro da cooperativa e com os demais cooperados” (D14).

“A meu ver, a educação tem um papel preponderante para o desenvolvimento da cooperativa e conscientização do papel do cooperado para com sua cooperativa. Sentimento de pertencimento” (D22).

Observemos que as falas dos entrevistados nos remetem à qualificação dos associados, transformações e reforço da identidade individual e coletiva, e significado e sentimento de pertença à associação. Percebemos, também, que as colocações de alguns autores vão ao encontro do exposto nas falas, seja pela óptica profissional (PESTALOZZI, 1946; VALADARES, 2005), pautada no conhecimento que pode e deve ser disseminado nas cooperativas (DRIMER; DRIMER, 1973; SHNEIDER, 2003; SEIBERT, 2013) o qual está assegurado em lei (FERREIRA, 2015), seja pela óptica social e filosófica (MARTIN, 2005).

Esse conhecimento que é disseminado e gerado por meio do compartilhamento entre os associados é potencializado por meio das ações educativas, mas, para isso, é fundamental a participação dos cooperados (MORATO; COSTA, 2001), como uma forma de transfigurar as

suas perspectivas (NUNES, 2003), desenvolvendo a sua cidadania e reforçando sua liberdade e democracia, valores esses essenciais na cooperativa. Observemos as demais entrevistas:

“Vejo com grande importância para o seu desenvolvimento na medida que o próprio produtor conheça o seu papel de ser solidário com todos” (D21).

“De grande importância para que os cooperados possam melhorar seus produtos, agregando valor” (D13).

“A educação é muito importante para que o cooperado veja a importância do seu negócio, veja a cooperativa como algo seu, se sentir dono para poder contribuir mais” (D23).

“Vejo que é necessária, importante, pois orienta, com certeza, os cooperados no entendimento do cooperativismo” (D31).

“A educação desenvolve um papel muito importante dentro das cooperativas, faz com que o cooperado entenda-a e conheça seus direitos e deveres para com sua cooperativa. A nossa cultura aqui em Roraima não é uma cultura cooperativista, as pessoas não confiam na cooperativa, têm dificuldade de entender o cooperativismo. Veem a cooperativa como um trampolim político. Não entendem que a cooperativa é um patrimônio dele, que a direção é passageira e ele é dono. Para combater tudo isso, só através da educação” (D32).

Mais uma vez figura o papel de reconhecimento de sua função enquanto cooperado, de forma que, por meio da EC, possibilita-se a qualificação que leva à agregação de valor aos produtos da associação. A educação cooperativista exerce, portanto, papel político e ideológico ao difundir e ratificar os valores e princípios do cooperativismo, evitando, desta forma, o comportamento oportunista dos associados.

A falta de sistematização quanto à EC pode comprometer seu objetivo (SCHNEIDER, 2003; VALADARES, 2004), já que a proposta é fortalecer os valores, disseminá-los e incitar o interesse dos associados, seja pela gestão da associação, seja pela adoção visceral dos valores cooperativistas. Lembremos que o processo de educação deve despertar o interesse dos indivíduos para, assim, desenvolver criticidade e reflexividade por meio do diálogo (FREIRE, 1979), a partir das interações estabelecidas entre educador e educando (PIAGET, 2011). Sendo assim, os aspectos apontados acima, de dialogicidade, de reflexividade, de criticidade e de interação são basilares para resultados exitosos na educação cooperativista.

Nesse íterim, questionamos sobre as contribuições da EC aos dirigentes, o que consta como conteúdo na Tabela 01.

Tabela 01 – O papel da EC na visão dos dirigentes das cooperativas.

Contribuições da EC – Entrevistas	Autores
<i>“Conscientização dos cooperados na importância da cooperativa no sistema produtivo e organizacional da comercialização” (D11).</i>	Valadares (2005)
<i>“Melhora a atuação dos cooperados e gestores dentro da cooperativa e com os demais cooperados” (D21).</i>	Nunes (2003) Garzon (1978) Drimer e Drimer (1973)
<i>“Leva para os cooperados conhecimento e práticas em relação a atividades que cada produtor vem desenvolvendo” (D13).</i>	Nunes (2003) Valadares (2005) Schneider (2003)
<i>“Muito importante! Oferece conhecimentos e, de posse desses conhecimentos, melhora sua atuação e passam a ver a cooperativa de outra maneira” (D22).</i>	Schneider (2003)
<i>“Fortalecer o trabalho no coletivo, fazendo os agricultores a desempenhar e organizar sua produção e financeira” (D14).</i>	Bialoskorski Neto (1997) Mapa (2012)
<i>“Dá orientação aos cooperados de forma que eles agreguem valor aos seus produtos” (D31).</i>	Schneider (2003)
<i>“Vejo com grande importância para o seu desenvolvimento, na medida em que o próprio produtor conheça o seu papel de ser solidário com todos” (D32).</i>	Seibert (2013) Schneider (2003) Valadares (2005)
<i>“A meu ver, a educação é preponderante para o desenvolvimento da cooperativa e conscientização do papel do cooperado para com sua cooperativa. Sentimento de pertencimento” (D22).</i>	Valadares (2005) Schneider (2003)

Fonte: Elaboração própria.

Observemos que os conteúdos das respostas encontram amparo nas colocações de alguns autores sob os seguintes aspectos: interesse, eficiência, transformação, prática cooperativista e educação (DRIMER; DRIMER, 1973; GARZON, 1978; SCHNEIDER, 2003; VALADARES, 2005; SEIBERT, 2013). Todos esses aspectos figuram nas falas dos entrevistados vindo ao encontro do que a literatura expõe.

A Educação cooperativista está para além de simplesmente capacitar os associados no que concerne aos princípios cooperativistas, uma vez que ela é um método que traduz e desperta o interesse dos cooperados quanto aos valores que devem estar entremeados nas relações intracooperados e intercooperados.

Percebemos que os entrevistados D11, D13, D14, D21 e D22 mencionaram, também, a questão da tomada de decisões mais assertivas por meio da EC, assim como o entrevistado D31 trouxe a questão social como contribuição da Educação Cooperativista. O conteúdo analisado tem reflexos nas colocações de Morato e Costa (2001), os quais sinalizam que a educação cooperativista resgata a cidadania dos indivíduos por meio da autonomia, da liberdade e, também, pela ratificação de uma forma democrática de organização da sociedade, ou seja, a cooperativa. Schneider (2003) apresenta, ainda, que a EC incita o interesse dos associados e que eles podem transformar-se em agentes do próprio desenvolvimento.

4.2.2 Categoria: Participação dos Associados e Parcerias para a EC

Como agentes do próprio desenvolvimento, as formas de desenvolver a educação cooperativista podem se dar pela própria cooperativa ou, ainda, por parcerias estabelecidas com outras instituições. Nas associações investigadas, a Educação Cooperativista também é operacionalizada por meio de parcerias com OCB/SESCOOP, SENAR, SEBRAE, CONAB, UFRR, MAPA e, ainda, com sindicatos e associações de base. Por meio da Universidade Federal de Roraima, já houve duas edições de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas.

Observamos que há articulação das cooperativas com instituições regionais e nacionais de forma a agregar valor à capacitação dos associados, o que ratifica as colocações dos entrevistados no sentido da importância da Educação Cooperativista. Já quanto às atividades que são organizadas junto a esses parceiros, os entrevistados sinalizaram: cursos e palestras sobre cooperativismo, gestão econômico-financeira, aspectos técnicos da produção agropecuária e dias de campo. Todos foram unânimes ao explicitar a importância das parcerias estabelecidas, pois não apenas reforçam a questão técnica, mas a questão social de estarem participando, juntos, de determinadas atividades. Um entrevistado resgatou o sentimento de pertença ao grupo, de forma que essas atividades reforçam a identidade dos associados enquanto membros da cooperativa (seu aspecto ideológico e filosófico).

Quando questionados acerca das contribuições da Educação Cooperativista, os entrevistados indicam que: *“ajuda na organização da gestão da cooperativa, dos cooperados, e melhora a produção. Leva conhecimento para os cooperados; estamos incentivando a produção, a gestão e a entender melhor a cooperativa”* (D11). Ainda, o entrevistado D21 sinaliza melhorias na *“forma de pensar do cooperado, no agir, conhecer o seu papel”*.

Essas melhorias sinalizadas refletem a transformação proposta pela EC (PESATLOZZI, 1946; FREIRE, 1983; NUNES, 2003; FREIRE 2010) e que resulta em *“pessoas informadas e preparadas, melhora o pensar das pessoas; oferece novas formas de pensar”* (D22). É perceptível, ainda, que a Educação Cooperativista estimula a reconstrução dos saberes ao proporcionar um “repensar” aos associados, assim como mencionou o entrevistado: *“oferece novas formas de pensar”* (D22). Contudo, Gómez (2008) pondera que a heterogeneidade pela qual a EC é percebida pelos associados, os conduz a acreditar que o desempenho ou as contribuições dessa está ligado aos valores e princípios, sem que, necessariamente, o esteja.

A autora apresenta em seu artigo de 2008, ‘Organização do Tabela social e educação cooperativista’, apresentado no V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo, uma tipologia que permite melhor compreensão das visões institucionais de seus líderes. A tipologia apresenta três cenários: a) os membros acreditam que têm educação cooperativista; b) os membros aparentam que têm educação cooperativista; e, por fim, c) os membros têm educação cooperativista. Para chegar a esse resultado, a pesquisadora analisou a motivação, a participação, os benefícios e a educação cooperativa à luz da percepção de seus líderes.

Vemos que esses cenários estão diretamente ligados à motivação dos associados e, para tanto, trazemos à baila uma colocação de Crúzio (2003, p. 38), o qual menciona a ética no cooperativismo enfatizando valores *“da equidade, liberdade e fraternidade, tal como refletidos nos princípios básicos do cooperativismo e reproduzidos nos seus estatutos sociais”*. Isso quer dizer que quando da associação, os cooperados devem ter em mente o que os conduziu a tal ação, ou seja, quais os motivos que os fazem estar ali, da mesma forma que a corpo diretivo deve gerir a associação em prol do coletivo, e não sob uma forma oportunista.

O entrevistado traz essa questão quando indica que *“a partir que tem conhecimento como as coisas funcionam começa a se preocupar com seu papel e função. Se a cooperativa é forte, o associado é forte também; crescem juntos. Na agricultura familiar ele precisa estar*

junto para ser forte” (D23). Nessa esteira de pensamento, a maioria dos entrevistados indica que os impactos da educação cooperativista são percebidos nas áreas de: gestão econômica da cooperativa e gestão social da cooperativa (participação dos associados).

4.2.3 Categoria: Fragilidades e Implementação da EC

Quando questionados sobre o principal problema enfrentado pelas cooperativas, dois aspectos centrais foram levantados: o escoamento da produção e a participação dos associados nas ações da cooperativa. Essas problemáticas produzem consequências que podem ser irreversíveis no desempenho de todos os envolvidos na associação: o desempenho dos cooperados e da cooperativa. Não obstante, isso implica em baixa confiança entre os associados e na falta de reforço e legitimação da identidade cooperativista, bem como na falta de compreensão dos valores e princípios cooperativistas. O aspecto filosófico e ideológico é resultado, desta maneira, da perspectiva econômica da associação, e vice-versa. No início desse trabalho, apresentamos que às cooperativas cabem dar conta de duas perspectivas: econômica e social (VALADARES, 2002; BOESCHE; MAFIOLETTI, 2005; GIMENES; GIMENES, 2007; REISDORFE, 2014).

É de fundamental importância que essas associações gerem sinergia o suficiente para que, na confluência dessas perspectivas (econômica e social), o resultado efetivo seja alcançado, uma vez que elas vão proporcionar resultados exitosos se bem trabalhadas. Observemos alguns trechos das entrevistas:

“O principal problema enfrentado hoje é a distância. Hoje a cooperativa abrange 8 municípios; atende os mais próximos por falta de estrutura, logística da própria cooperativa. Os mais distantes deixa a desejar, porque a maioria dos sócios está no meio rural, às vezes tem dificuldades de encontrá-los porque estão em vicinais de difícil acesso” (D11).

“Dificuldade do escoamento da sua produção, do transporte até a sede da cooperativa” (D12).

“Dificuldade de trazer seus produtos até a sede para serem distribuídos, necessitam que a cooperativa adquira transporte para ajudá-los” (D13).

“Dificuldade no transporte dos seus produtos até a sede. Precisa do auxílio da cooperativa para esse fim” (D14).

“Vejo que falta a união de todos em um só objetivo. Observa-se o pensamento individual, o pensamento coletivo ainda deixa a desejar” (D21).

“A participação muito pequena ainda, dificuldade do deslocamento dos cooperados de seus lotes para a sede do município que, geralmente, é aonde acontece a maioria das capacitações” (D22).

“Não vejo como problema, mas como desafio. Como a cooperativa COOPERHORTA tem cooperados em todos os municípios do Estado, e aqui estamos falando de 300 a 400 Km, e muitos desses cooperados estão longe da sede desses municípios, muitos deles têm dificuldades de vir das vicinais pelas dificuldades de pontes e transportes. Estamos estudando a possibilidades da descentralização, as ações de educação para cada município para assegurar a participação de todos. Colocar interpostos nos municípios” (D24).

“Pouco atende o chamado quando o negócio e a oferta de cursos. Enfrentamos muitas dificuldades no deslocamento dessas pessoas, a maioria está nas áreas rurais. Mas vislumbro um cenário melhor” (D31).

“A confiança na cooperativa, a cultura do cooperativismo é pouca ainda” (D32).

Vemos que esses problemas estão imbricados de tal forma que as soluções indicadas, como descentralização, podem ter implicações em outras dificuldades, como a pontuada pelo entrevistado D32: a confiança na cooperativa e, conseqüentemente, na cultura enquanto sistema de valores e princípios. Essa problemática pode ser amenizada por meio de ações que possam proporcionar compartilhamento de ideias entre os associados – o conhecimento entre eles mesmos, pois quem não se conhece, como pode confiar no outro? A interação, nesse sentido, figura como uma ação assertiva para reforçar, ou melhor, construir vínculos entre os associados, e entre eles e a cooperativa.

Já nos encaminhando à finalização, perguntamos aos entrevistados sobre ponto forte ou pontos fortes de suas associações, e obtivemos as seguintes respostas: seis entrevistados indicaram que a produção de produtos seria o ponto forte da cooperativa (D11, D12, D13, D14, D22 e D23). O entrevistado D21 sinalizou que o acesso à cooperativa para dar aval de garantia a financiamentos de maquinários seria o ponto forte. E, por fim, dois entrevistados (D31 e D32) indicaram que são as pessoas e a confiança que os associados têm na cooperativa.

Não podemos esquecer que as cooperativas têm uma característica singular: o hibridismo estabelecido em função das perspectivas que elas devem dar conta; contudo, em tese, os associados, voluntariamente, reúnem-se em prol de objetivos coletivos (LEVI; DAVIS, 2008; RUBEN; HERAS, 2012). Percebemos que dois dos entrevistados sinalizaram as pessoas e a confiança como os pontos fortes de sua associação e, nesse sentido, trazemos alguns estudos que indicam que a confiança e a reciprocidade implicam no sucesso das cooperativas (RUBEN; HERAS, 2012; VARGAS-HERNANDEZ; ORTIZ, 2018).

No estudo de Levi e Davis (2008), os autores trazem à tona a incompatibilidade do modelo cooperativista ao ter de dar resultados econômicos e sociais, ou seja, o hibridismo mencionado acima. Não obstante, Kyazze, Knote e Wakaisuka-Isingoma (2017), em seus estudos com cooperativas de Uganda, evidenciaram que uma estrutura de governança cooperativa é um antecedente/preditor no desempenho social da cooperativa. Isso denota que regras, normas e uma estrutura de ordenamento, e, com isso, uma interação maior, transparência e solidificação de vínculos podem impulsionar resultados exitosos no desenvolvimento social das cooperativas. Feng (2010) também pondera que a cooperativa é feita pelos tomadores de decisão, os cooperados, sendo a associação um *locus* de processamento dessas decisões; outrossim, os resultados não estão apenas voltados à cooperativa, mas aos associados.

Por fim, questionamos aos entrevistados acerca de projetos que as associações possuem, o que está descrito na Tabela 02.

Tabela 02 – Projetos e metas das cooperativas analisadas.

Projetos – Conteúdo das entrevistas	Cooperativa
<p>1) Merenda Escolar com Estado e a Prefeitura/Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Governo Federal;</p> <p>2) Projeto com ACNUR – Alto Comissariado das nações Unidas para os Refugiados, com entrega de produtos para a Merenda Escolar no Município de Pacaraima;</p> <p>3) Projeto com o Exército, sendo três projetos – 7º BIS, 6º BEC e a Brigada de Infantaria; e,</p> <p>4) Projeto com a CONAB nos PAA – doação simultânea, semente crioula, formação de estoque.</p>	<p>COOPERCINCO</p>
<p>Metas Acançadas: Um abatedor de frango que fica na PAA Nova Amazônia; e, Uma cozinha onde se fazem bolos que são entregues ao mercado.</p> <p>Metas a serem alcançadas: Conseguir uma sede própria para sair do aluguel; e, Adquirir caminhões e um baú refrigerado.</p>	<p>COOPERCINCO</p>
<p>Projeto 1. Aquisição de um caminhão para furar poços artesianos porque no verão falta água, e os produtores perdem sua produção;</p> <p>Projeto 2. Adquirir equipamento para embalar macaxeira;</p> <p>Projeto 3. Processar polpa de frutas. Atualmente, paga-se uma empresa para fazer esses serviços;</p> <p>Projeto 4. Conquistar novos mercados em Boa Vista, porque a rede de supermercados está em alta, queremos conquistar essas redes para vender nossos produtos, poder exportá-los. Hoje, o mercado exige nova forma de pensar o COOPERATIVISMO. Precisamos desenvolver projetos de agroindústria devido ao mercado muito limitado fazer com que aproveite o excedente para alcançar novos mercados, como o centro-oeste e o sul. Temos produtos que produzimos aqui e não são produzidos nessas regiões. Estamos pensando em exportação, embora sabendo que exportação exige qualidade nos produtos.</p>	<p>COOPERHORTA</p>
<p>1) Projeto com o Exército com entrega de tomates;</p> <p>2) Projetos em parceria com a CONAB (PA) e venda de produtos;</p>	

<p>3) Projeto em andamento com a prefeitura do município de Boa Vista, com postagem e colagem do solo lavrado que a cooperativa tem o foco;</p> <p>4) Projeto aprovado da Semente Criola – vai entrar em funcionamento; e,</p> <p>5) Queremos colocar nossos produtos na rede de supermercados locais; já estamos participando de reuniões com representantes das redes de supermercados com apoio do SEBRAE.</p>	<p>COOPANA</p>
---	----------------

Fonte: Dados da pesquisa.

Observamos que as associações possuem alguns projetos em andamento com instituições parceiras. Um entrevistado (D11) trouxe o lado negativo de alguns projetos que dependem de pagamento de instituições públicas que podem, às vezes, atrasar o pagamento, o que implica na vida financeira dos cooperados – em especial, essa associação está se inserindo no mercado. Vemos que a COOPERCINCO, inclusive, possui metas a serem alcançadas. Já o entrevistado D21 trouxe a necessidade de se fazer novos projetos, e mencionou as regiões do Brasil, como Paraná e Rio Grande do Sul, nas quais os associados estão nas cooperativas porque compreendem o significado do coletivo, indicando que, em Roraima, isso ainda é incipiente.

Vemos que há muito que se fazer em termos de significado e sentido do que seja o cooperativismo no Estado de Roraima. A educação cooperativista vem no sentido de auxiliar na legitimação desse sentido, e pode incitar o interesse desses associados por meio das ações educativas, sejam elas operacionalizadas pela própria cooperativa ou por parceiros institucionais.

Frisamos que essas ações educativas não se restringem à sala de aula, por meio de cursos e treinamentos. Isso porque a EC pode ser trabalhada a partir de ações informais, por comemorações (como aniversários dos associados, festas de final de ano, espaços de confraternizações e comemorações de metas alcançadas, dentre outros). Esses momentos informais reforçam o espírito cooperativista, bem como os vínculos entre os associados e a cooperativa. Ademais, essas ações podem se institucionalizar e tornarem-se uma prática da associação.

A EC necessita, portanto, de formas para promovê-la, e cada cooperativa deverá pensar sobre como sistematizar a Educação Cooperativista, já que temos questões fundamentais que devem ser observadas, a começar pela cultura.

4.3 Questionários – A Percepção dos Associados sobre a Educação Cooperativista

Nesse estudo foram aplicados questionários sobre a educação cooperativista. Ao todo, foram distribuídos 100 questionários, tendo retornado 77, dos quais todos foram validados. De forma a sintetizar e tornar mais claros os resultados, optamos por somar ‘Discordo totalmente’ e ‘Discordo’, da mesma forma que ‘De acordo’ e ‘Totalmente de acordo’.

O questionário aplicado coletou dados sobre a Educação Cooperativista na percepção dos associados a partir de questionamentos sobre a contribuição dos cursos ofertados pela cooperativa, bem como se estes cursos atenderam as necessidades dos associados e se logo foram implementados nos locais de trabalho.

Quando questionados se os cursos oferecidos pela sua cooperativa contribuíram para o seu crescimento profissional, observamos que 42% dos associados concordaram com tal

assertiva; porém, uma parcela significativa de discordo apareceu na pesquisa (32% cooperados). Além disso, 27% dos associados emitiram opinião de ‘Nem concordo nem discordo’, o que denota certa preocupação, já que as cooperativas mantêm ações de educação cooperativa sob a óptica de seus dirigentes, mas isso não é unânime entre os demais associados (Gráfico 01).

Nesse ínterim, podemos trazer a tipologia de Gomez (2008), o qual indica três possíveis cenários em que se encontram as cooperativas, incluindo a educação cooperativa. O que podemos inferir é que, talvez, a gestão das associações acredita que realiza a EC por meio das ações, como cursos que, além de qualificar os associados, fortalecem o espírito cooperativista. Entretanto, os associados não percebem essas ações como atividades que possam contribuir para o seu crescimento profissional.

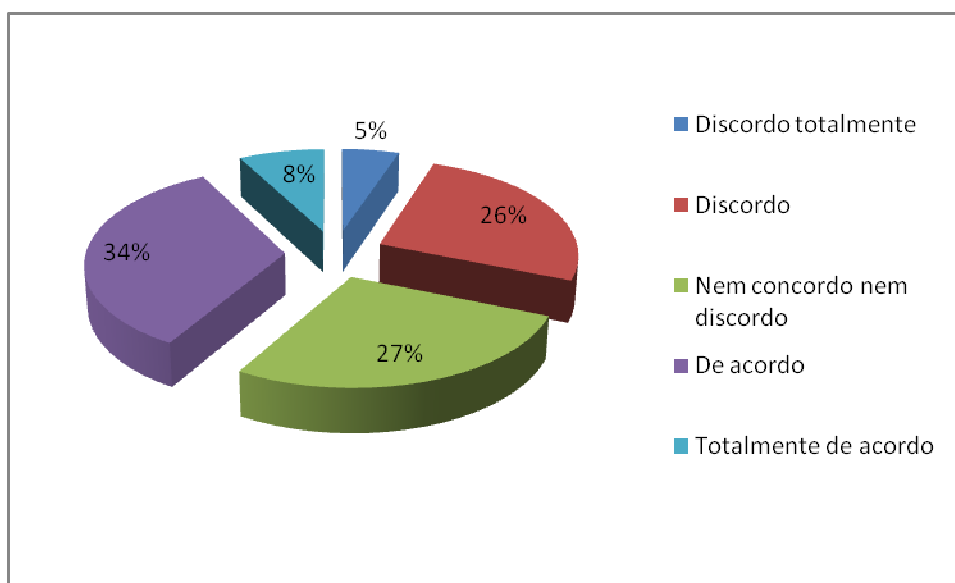


Gráfico 01 – Opinião dos associados sobre ‘haver relação dos cursos ofertados com o crescimento profissional’.

Conquanto, não podemos esquecer que a participação dos associados nas atividades de EC das cooperativas fora levantada como uma dificuldade pelos dirigentes, o que nos remete a algumas reflexões: a) quais os motivos da falta de participação do público-alvo nas atividades de EC propostas pela cooperativa? b) as atividades propostas fazem menção às necessidades dos associados? c) a divulgação das atividades de EC está sendo eficiente? d) as atividades propostas, de alguma, forma, envolvem as famílias dos associados (filhos/cônjuges)? Lembremos que a Educação Cooperativista não se volta apenas aos associados, mas a todos os trabalhadores e a família dos cooperados.

Piaget (2011) pontuou que a geração de conhecimento ocorre no indivíduo em interação com o seu meio e, portanto, quanto mais distante os associados estiverem de suas associações, menos geração de conhecimento para agregar valor a ambas as partes. Da mesma forma, devemos pensar acerca da família, dos filhos e dos cônjuges dos cooperados, já que a EC não só capacita, mas ratifica e dissemina valores (SCHNEIDER, 2003), os quais a associação se pauta: compartilhamento, solidariedade, cooperação. Nesse ínterim, trazemos a educação dialógica de Freire, uma vez que o diálogo é fundamental no processo educacional, partindo da realidade dos sujeitos envolvidos, combinando saberes e, principalmente, ressignificando ou mesmo reconstruindo o próprio sujeito e sua realidade.

Percebemos que nos resultados individuais, por associação, e por assertiva, as cooperativas A e C encontram ressonância em seu posicionamento (Tabela 03 –

Demonstrativo das assertivas por cooperativa), já que os maiores percentuais nessa assertiva, é para a discordância, na relação dos cursos ofertados e o crescimento profissional. No que se refere à cooperativa C, talvez isso seja reflexo, de uma diretoria experiente, pois os entrevistados pertenceram a outras cooperativas em Boa Vista, e um tema recorrente na entrevista dos dirigentes foi a confiança; uma confiança que deve ser reforçada ao longo do processo de educação cooperativista.

Devemos ter em mente que não se pode apenas oferecer cursos ou outras atividades educativas que não possam agregar valor aos associados. Nesse sentido, uma das questões do questionário envolvia o atendimento das necessidades dos cooperados em relação aos cursos ofertados. Observamos que 44% dos associados são favoráveis à assertiva, ratificando que os cursos ofertados por sua associação atendem as suas necessidades; em contrapartida, temos 30% dos cooperados que discordam dessa afirmação, os quais são seguidos de 26% da dos respondentes 'nem discordam nem concordam'. Isso é uma parcela significativa que pode migrar para a insatisfação frente às ações de Educação Cooperativista traduzidas em cursos. As cooperativas, portanto, precisam repensar suas ações com tentativas de elucidar as reais necessidades dos associados de forma a ofertar aquilo que realmente atenderá aos cooperados (Gráfico 02).

Trazemos à análise, do Tabela 03 – Demonstrativo das assertivas por cooperativa, que uma parcela significativa de Nem discordo nem concordo para as cooperativas A e B (31,30% e 50,00%, respectivamente); isso sinaliza uma preocupação: Os associados não possuem uma posicionamento referente ao alinhamento de expectativas das suas necessidades e os cursos de EC que são ofertados pelas associações. E, na cooperativa A, mais da metade indicou discordância à assertiva.

Lembremos que o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é destinado a treinamentos diversos, bem como à constituição de programas sociais por meio de intercâmbios entre cooperativas. O uso devido e adequado do Fundo em questão é uma alternativa de qualificar e capacitar os associados nos aspectos físicos, sociais e econômicos, assim como conhecimentos específicos do cooperativismo, como já fora ponderado pelos autores Drimer e Drimer (1973).

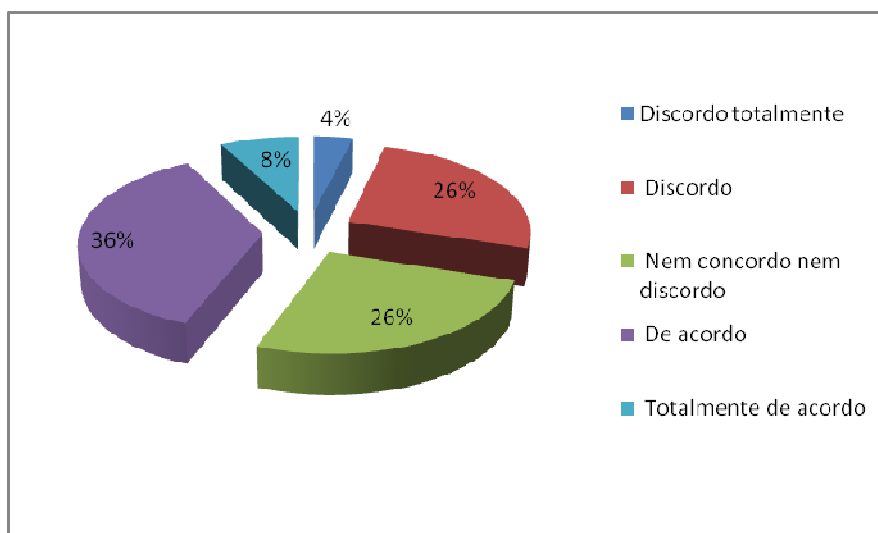


Gráfico 02 – Opinião dos associados sobre 'haver relação dos cursos ofertados com as necessidades dos cooperados'.

Quando questionados sobre a estrutura física disponibilizada pela cooperativa no que diz respeito a laboratórios, biblioteca, sala de aula, etc., obtivemos o seguinte resultado (Gráfico 03).

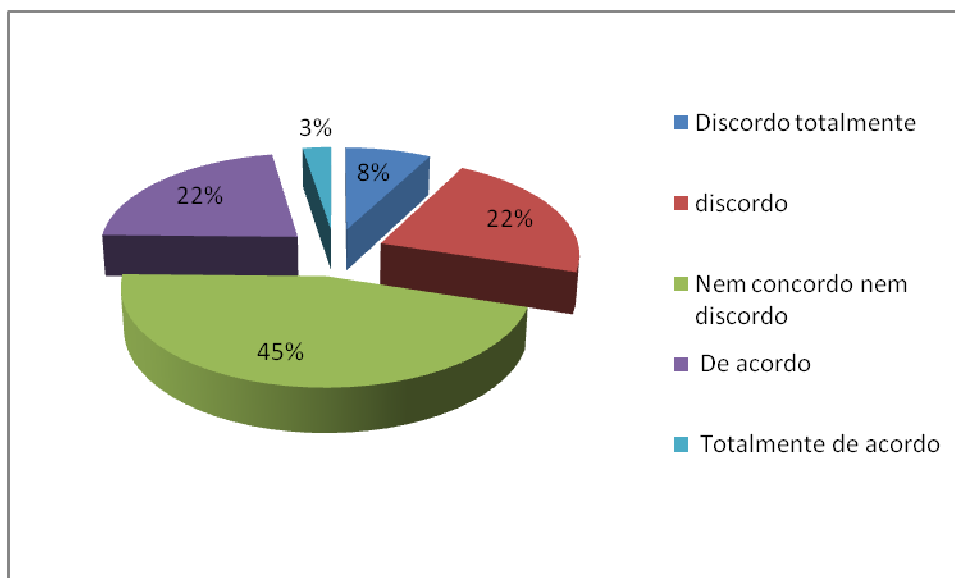


Gráfico 03 – Opinião dos associados sobre ‘a estrutura física disponibilizada ser adequada’.

Apenas 25% dos associados concordam com a assertiva e 45% da amostra ‘nem concordam nem discordam’. Isso denota que o espaço reservado pelas cooperativas é inadequado ou até mesmo há falta dele, o que tem algumas implicações que se ligam diretamente à participação desses associados. Desta forma, talvez a falta de infraestrutura ou a precariedade dessa faça com que haja maior distanciamento entre cooperado e associação. Em termos de resultado individual, a cooperativa A apresenta percentuais que chamam a atenção para discordar da assertiva e para Nem discordo e nem concordo (31,40% e 48,60%). Esses resultados vão ao encontro dos resultados da cooperativa C.

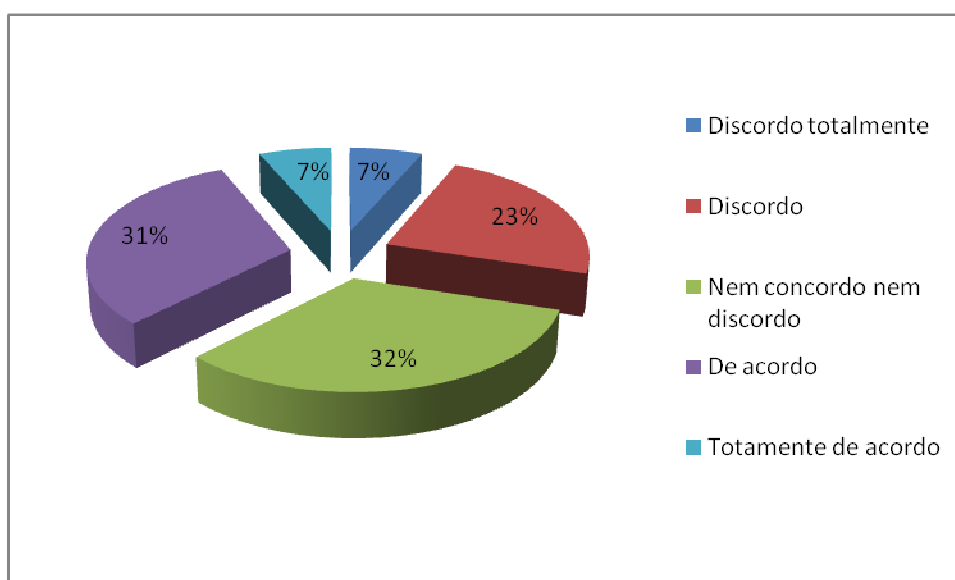


Gráfico 04 – Opinião dos associados sobre ‘haver sintonia do currículo com as necessidades diárias de mercado/ associado’.

No Gráfico 04, dos 77 respondentes observamos que 30% discordam da assertiva a qual pontua a preocupação por parte da instituição promotora da EC em desenvolver um currículo que atendesse às necessidades diárias dos associados, enquanto que 32% ‘nem concordam nem discordam’. Assim, apenas 38% dos associados concordam que há essa

preocupação. A sintonia entre conteúdo, professor, aluno e o alinhamento das expectativas é fundamental para a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Herrera (2007) e Andrioli (2008) já pontuaram que a intencionalidade é fundamental ao processo de Educação Cooperativista, pois essa precisa atender às necessidades dos cooperados. Portanto, achamos fundamental que as associações dispensem um olhar mais detalhado acerca das necessidades de seus cooperados.

Nessa questão, mais uma vez as cooperativas A e B sinalizam resultados distintos (Tabela 03- Demonstrativo por assertiva e cooperativa); a cooperativa C apresenta resultados similares ao da associação A. Portanto, as cooperativas necessitam atentar-se para que haja um alinhamento e o cumprimento do objetivo da educação cooperativista.

Já quanto ao aproveitamento dos conhecimentos adquiridos nos cursos ofertados (Gráfico 05), 61% dos associados concordam com a assertiva. Entretanto, uma parcela de 38% dos respondentes sinalizou que ‘nem concordam nem discordam’.

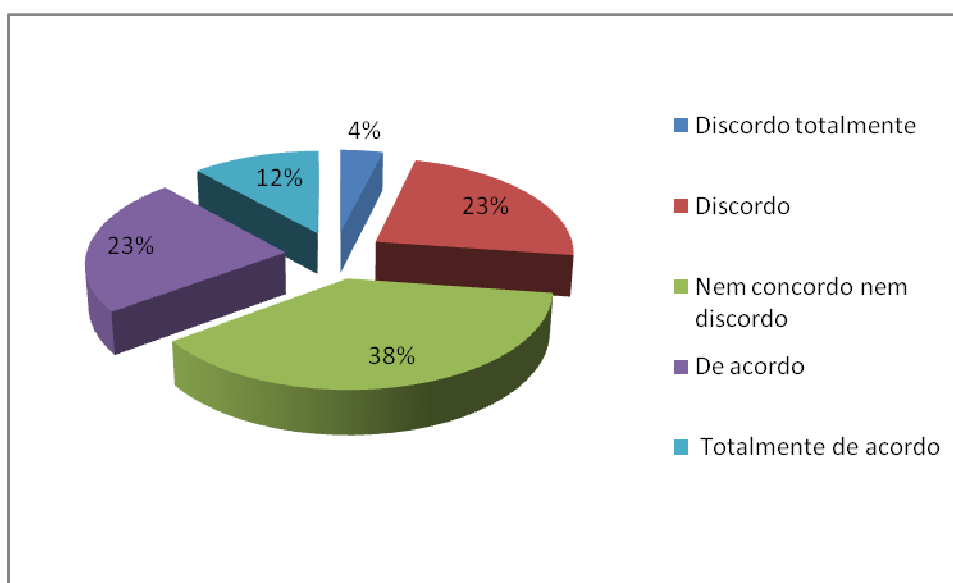


Gráfico 05 – Opinião dos associados sobre o ‘aproveitamento dos conhecimentos adquiridos nos cursos ofertados’.

Observamos que há o percentil de 38% dos cooperados não sabem indicar se realmente houve um aproveitamento efetivo dos conhecimentos trabalhados nos cursos, o que nos conduz a algumas reflexões: esses cooperados participaram dos cursos? Os cooperados não conseguiram vislumbrar a práxis, ou seja, teoria e prática nos cursos, e isso pode ter ocorrido por diversas razões, como o conteúdo do curso não estar conectado à realidade dos associados e, até mesmo, a qualidade didática do ministrante do curso. Essas são questões que devemos pensar de forma a alcançar um aprendizado efetivo.

Neste sentido, a educação cooperativista se propõe a compreender fenômenos físicos, sociais e econômicos, pois ela ‘requer a vivência’ de valores cooperativistas e, para isso, a educação moral é fundamental (PESTALOZZI, 1946). Ao trazermos a vivência dos valores cooperativistas, estamos falando que não é simplesmente reproduzir esses valores, mas experimentar, por meio da instrução educativa, o que de fato seja o cooperativismo. Devemos, então, ter uma articulação do conhecimento novo com os que o associado já possui, formando um todo sistematizado.

A educação cooperativista endossa a identidade de cada membro da associação, proporcionando ascensão desse na cooperativa. Além disso, a EC auxilia na gestão da cooperativa e na permanência e revitalização do movimento cooperativista. Na educação cooperativista temos um ambiente favorável para que haja o desenvolvimento de valores

como autonomia, liberdade e união. Nesse sentido, trazemos o postulado de Freire (1987) que assevera que, por meio do diálogo, os indivíduos podem mudar a percepção sobre si e sobre a realidade que o cerca; isso porque o diálogo traz em si a ação e a reflexão, as quais constituem instrumentos para transformar o mundo. O autor pontua esse evento, o diálogo, mesmo que individual, como uma ação social.

O diálogo proposto pelo autor não apenas proporciona desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento da educação moral pontuada por Pestalozzi (1946) como uma educação de extrema relevância por tratar de valores humanos. Essa práxis, ação e reflexão, se consolida na participação efetiva dos membros da associação; se não houver participação dos membros, a consolidação dos valores e o reforço da identidade do movimento, assim como o desenvolvimento de capacidades técnicas e sociais não terão êxito. A isso se soma a contextualização dos educandos, ou seja, a educação que não apenas incita a transformação dos alunos, mas a transformação a partir da realidade desses, uma vez que não podemos conceber uma educação fragmentada, ou melhor, generalizada.

Para tanto, na sociedade moderna, a organização cooperativa possui um caráter instrumental, no sentido de recolocar o trabalho humano como sendo sua centralidade, além dos esforços técnicos do trabalho em si com o sentido de garantir um lugar nas relações econômicas, implicando uma cultura do humano e não do capital (FRANTZ, 2012). Na modernidade, o cooperativismo é edificado como um lugar de reconstrução das condições de vida tendo na economia humana o seu fundamento.

No caso da EC, a ligação entre os conteúdos e a realidade de seus cooperados deve ser foco do processo educacional (ou seja, o trabalho humano). Isso porque, caso contrário, enfraquecerá a associação e, conseqüentemente, os valores e princípios cooperativistas serão perdidos, pois não terá sentido aos indivíduos.

Quando nós voltamos à sintonia durante a formação recebida nos cursos e as políticas institucionais das associações, temos que os dados revelados no Gráfico 06.

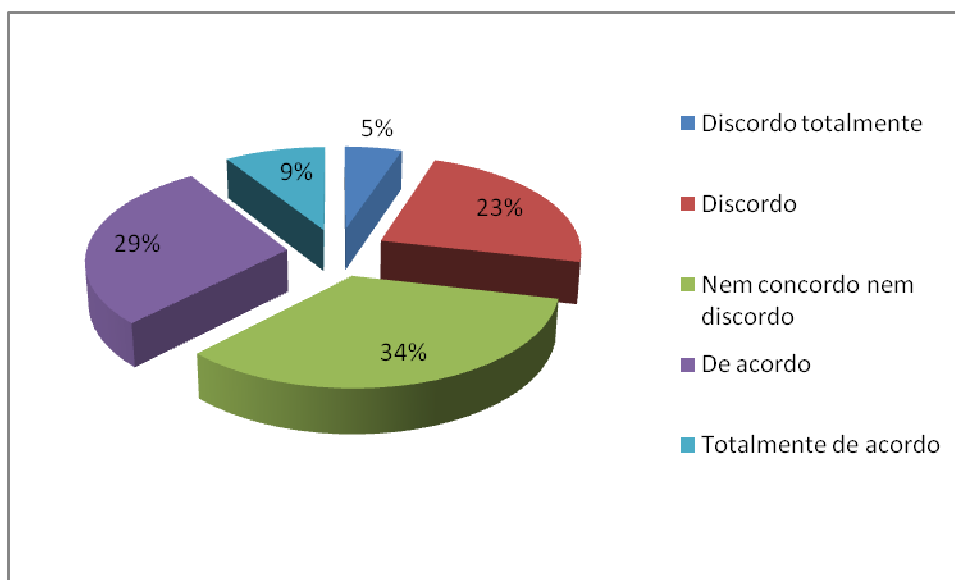


Gráfico 06 – Opinião dos associados sobre a ‘sintonia durante a formação recebida nos cursos e as políticas institucionais das Associações’.

Vislumbramos que 38% dos cooperados ratificam tal assertiva, enquanto que 22 respondentes discordam que haja essa sintonia; outrossim, 34% dos associados ‘nem concordam nem discordam’. Mais uma vez, esses dados requerem cuidados, pois é uma parcela significativa que não assumiram um posicionamento desfavorável ou favorável.

À análise das assertivas 5 e 6, em termos de resultados individuais, temos um alinhamento entre as cooperativas A e C; os percentuais individuais sinalizam maior discordância para ambas assertivas, enquanto que a associação B, demonstra posicionamento contrário. Mais uma vez, chamamos a atenção para algumas singularidades que possam ter influência nesses resultados como a experiência dos dirigentes e, também, a falta de conhecimento dos respondentes (cooperativa B).

Essa desconexão é apontada por Herrera (2007), o qual apresenta elementos essenciais à educação cooperativista, a saber: a) a intencionalidade, que diz respeito ao atendimento das necessidades dos associados (ANDRIOLI, 2008); b) o reconhecimento, que é a aceitação da objetividade do outro; e, ainda, c) a responsabilidade, que é desenvolver e articular ideias e interesses no contexto de um espaço coletivo de tal forma que as decisões adotadas influenciam tanto indivíduos quanto grupos.

Vemos que Herrera (2007) pontua esses elementos num processo de imbricamento da educação cooperativista que mescla objetivos econômicos e sociais pelos quais a cooperativa deve dar conta. Isso quer dizer que as bases para uma aprendizagem cooperativa está na metodologia de ensino suportada pela interação, colaboração e participação ativa dos alunos, bem como na sua reconstrução. Uma reconstrução que transcende a individualidade do ser para ir ao encontro do coletivo, isto é, da cooperação, fazendo juntos e aprendendo juntos.

Nesse sentido, as associações devem empregar ações que desvelem as expectativas e os anseios dos associados de forma a torná-los mais claros. O alinhamento das expectativas entre cooperativa e cooperados é fundamental para o alcance de sustentabilidade para todos. Se a sintonia entre a formação recebida nos cursos e as políticas institucionais das associações não apresenta congruência, há uma probabilidade maior de não haver aplicabilidade dos conhecimentos recebidos nos cursos (Gráfico 07).

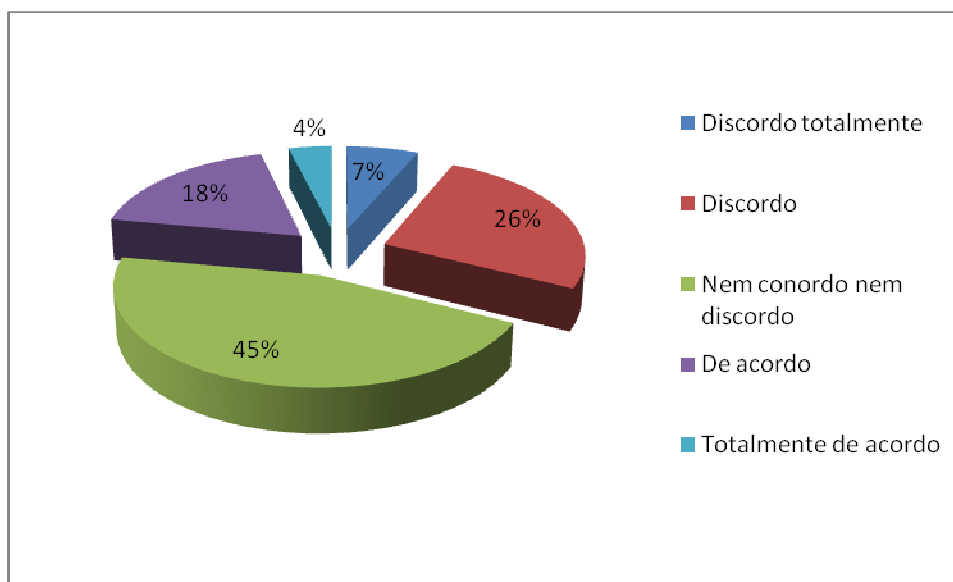


Gráfico 07 – Opinião dos associados sobre a ‘aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos nos cursos’.

No quesito de aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos nos cursos, vemos que 45% dos respondentes ‘nem concordam nem discordam’ de tal assertiva. Esse número expressivo denota que a falta de opinião sobre tal tema coloca em risco a proposta de Educação Cooperativa que está ligada ao desenvolvimento de autonomia e liberdade, valores esses também contantes nos valores cooperativistas. Nessa esteira de pensamento, Freire (2006) afirma que a relação dialógica é o fundamento principal em que os saberes de

determinada comunidade acontecem de forma horizontal, onde se podem criar e recriar saberes, significados e sentidos a partir de suas próprias experiências.

Apenas 22% dos respondentes assinalaram que concordam com a assertiva, o que é preocupante, pois o que se está sendo trabalhado, em termos de conteúdo nos cursos, não se aplica à realidade dos associados – então, temos uma lacuna nesse quesito. As associações precisam conhecer, de forma mais detalhada, a realidade de seus cooperados, uma vez que não se pode relevar questões culturais e regionais, dentre outras, que são pertinentes de serem pensadas ou repensadas e que atendam às singularidades dos associados dessa localidade.

Essa desarticulação entre o que é abordado nos cursos e o que se pratica diariamente compromete os resultados dos cooperados e, conseqüentemente, da cooperativa. Por isso, a importância de saber as expectativas dos associados, saber de seu cotidiano, e, essencialmente, agregar valor a eles. Herrera (2007) e Andrioli (2008) pontuaram a importância de se articular ações na EC voltadas às necessidades dos associados e dos grupos a partir de ações orientadas às reais demandas dos associados. A essa colocação trazemos o pensamento de Valadares (2005), o qual assevera que a educação cooperativista é um método para estruturar e realizar políticas com foco nos aspectos essenciais da cooperação: liberdade, gestão democrática e autonomia.

Isso tem, ainda, implicação direta no desempenho dos cooperados, assim como na sua forma de produzir e gerir a sua produção. Não obstante, a qualificação no que se refere aos aspectos comportamentais também pode ser trabalhada, não devemos esquecer que a EC aprimora habilidades morais e intelectuais.

Nesse sentido, os associados também responderam sobre a melhora no seu desempenho, conforme o Gráfico 08 a seguir.

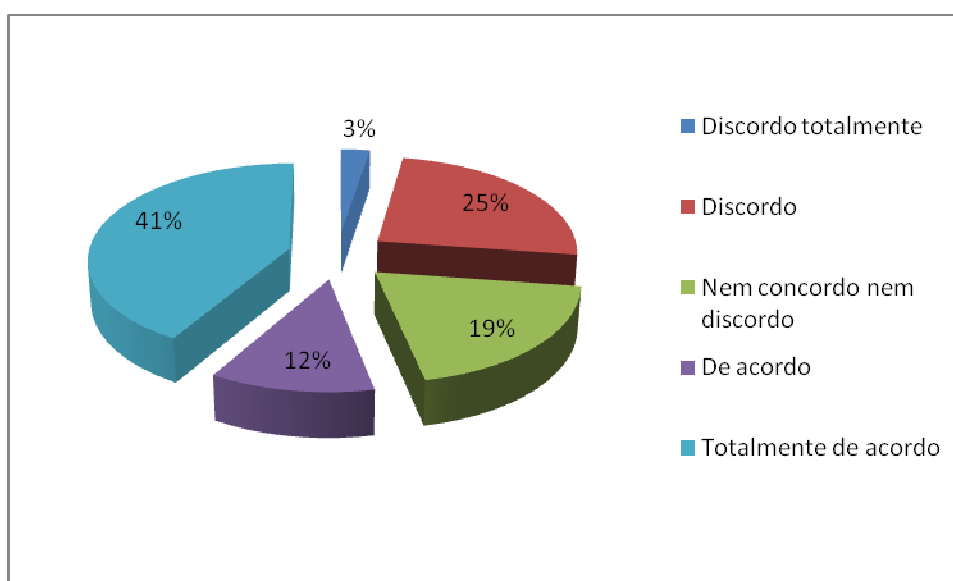


Gráfico 08 – Opinião dos associados sobre a ‘melhora de seu desempenho nas suas atribuições após a realização dos cursos’.

No que tange à melhora de desempenho nas atribuições após os cursos ofertados, 53% das pessoas corroboram com a assertiva, embora tenhamos na assertiva anterior que há uma dissonância entre o que é trabalhado nos cursos e sua aplicabilidade. Nesse sentido, os respondentes estão se contradizendo, pois se não é aplicável o conhecimento, de que forma isso melhora o desempenho dos associados?

Em termos de resultados individuais, a cooperativa C sinaliza discordância quanto à assertiva do gráfico 7, ou seja, a aplicabilidade dos conhecimentos recebidos por meio da EC. Seguida pela associação A; mas observamos que uma parcela significativa das associações A

e B indicaram Nem discordo nem concordo. Quando analisamos a assertiva do gráfico 8, que se refere à melhora do desempenho dos associados, observamos uma contradição: tanto a cooperativa A quanto a B indicam que há melhora em seu desempenho. A cooperativa C sinaliza coerentemente, seu posicionamento, nas duas assertivas.

Vamos pensar sob a lógica da finalidade das cooperativas, as quais, segundo Valadares (2002), distinguem essas associações das demais empresas; “as diferenças que distinguem a cooperativa de outro tipo de organização são encontradas na finalidade da cooperativa, a forma de propriedade e de controle, e como são distribuídos os benefícios” (VALADARES, 2002, p. 20). Essas singularidades denotam que as ações de educação cooperativista devem ir ao encontro das finalidades da associação e, se isso não ocorrer, teremos uma incongruência na própria missão da EC enquanto método (SCHINEIDER, 1999; VALADARES, 2005; HERRERA, 2007).

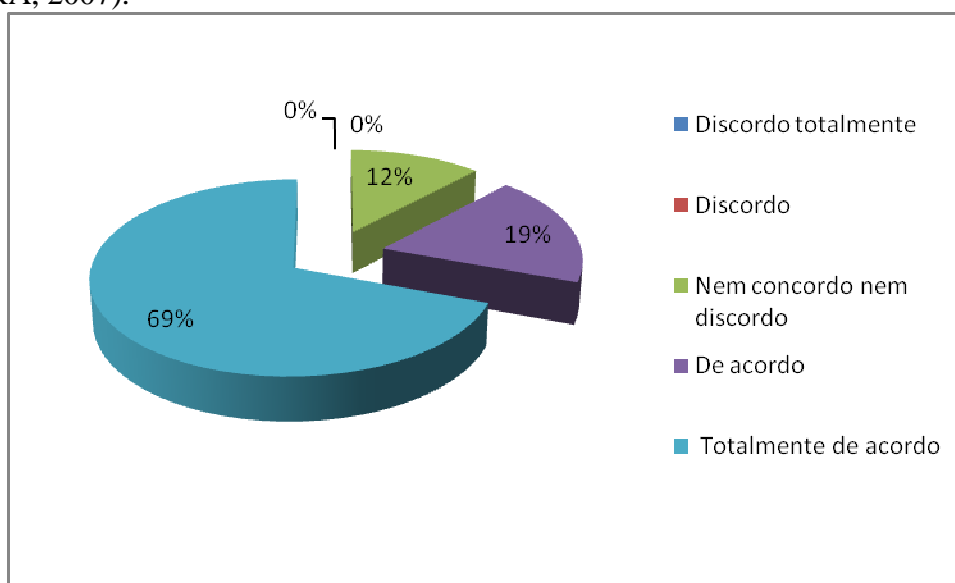


Gráfico 09 – Opinião dos associados sobre a ‘promoção da Educação Cooperativista pelas associações’.

Na consecução do objetivo desse trabalho, temos uma assertiva que diz respeito à promoção da Educação Cooperativista pelas associações, sendo que 88% dos respondentes ratificaram essa colocação de que a cooperativa deve promover a EC. Nessa assertiva, dois respondentes não assinalaram resposta, por isso o número de 75 entrevistados. Chama a atenção, ainda, que 10 associados não concordam nem discordam de tal afirmação e, mais uma vez, isso requer, por parte das cooperativas, ações que possam elucidar o que seja a Educação Cooperativista, assim como desmistificar a quem cabe realizar a EC.

Observamos que a Educação Cooperativista prorroga importância, a qual é assegurada legalmente dentre os 7 Princípios do Cooperativismo. Para tanto, acreditamos ser necessário às cooperativas a estruturação de seus projetos ou programas de Educação Cooperativista, não apenas aos associados, mas também aos funcionários (PORTUGUEZ, 2013). Dessa forma, compreendemos que se a EC é vista como um método e articulada na associação, temos um reforço da cidadania dos associados que irão exercer a democracia, transmitindo ideias de autonomia e corresponsabilidade (MORATO; COSTA, 2001).

Além disso, investigamos a promoção de cursos e treinamentos aos funcionários e associados, sendo que as respostas se encontram no gráfico 10: os cooperados percebem a importância de se promover cursos e treinamentos aos associados e, também, aos funcionários.

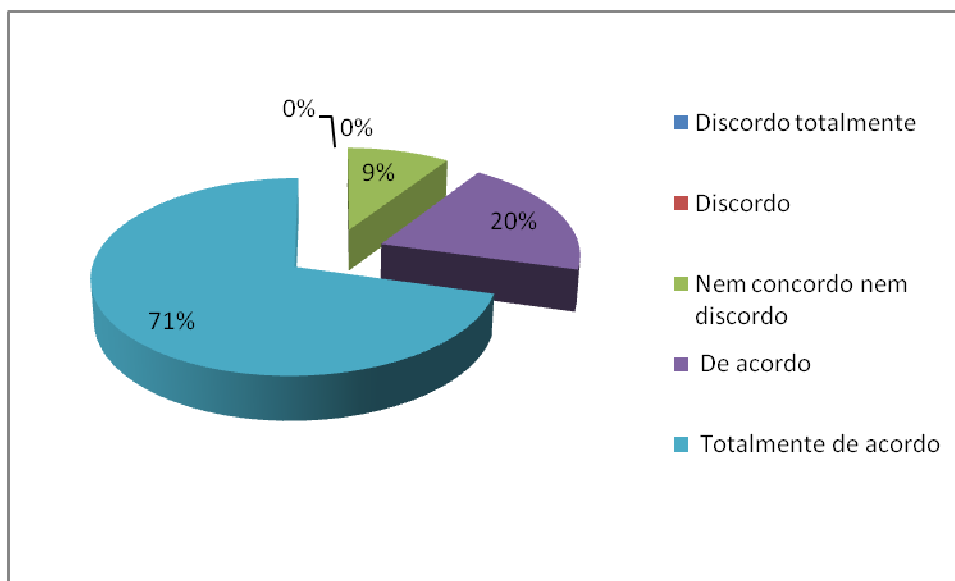


Gráfico 10 – Opinião sobre a ‘promoção de cursos e treinamentos aos funcionários e cooperados pelas associações’.

Percebemos que 91% dos respondentes sinalizaram que concordam com a assertiva (nenhum associado discordou). Contudo, essa ação ainda é tímida nas cooperativas analisadas, mas é uma estratégia que pode agregar valor às associações, uma vez que reforçar o espírito cooperativo solidifica os vínculos entre os associados e desenvolve, também, habilidades sociais. Isso é um reflexo da proposta de Freire (1987), que toma o diálogo como uma característica inerente ao ser humano, uma vez que essa dialogicidade pode transformar a percepção do homem sobre si próprio e sobre a realidade que o cerca.

As últimas duas assertivas, gráficos 9 e 10, nos resultados individuais, apresentaram percentuais coerentes pelas associações (Tabela 03 - Demonstrativo das assertivas por cooperativa); todas sinalizam concordância no que se refere à promoção da EC e de cursos aos associados e funcionários. O que nos leva a inferir que ações de EC, nessas associações estão focadas em cursos e treinamentos; mas há de termos atenção especial, uma vez que: devemos analisar a qualidade das ações ofertadas e se essas ações estão atingindo o objetivo e o propósito da Educação cooperativista.

A isso se soma a contribuição da EC que está para além de capacitar os associados, mas desenvolver o espírito cooperativo estimulando o interesse e a autonomia dos indivíduos, o que denota que não é apenas ofertar cursos e treinamentos aos cooperados. Essas contribuições ressoam nas palavras de Herbart (1983) que toma a governabilidade como forma de condução à autonomia dos sujeitos. A governabilidade proposta pelo autor não é apenas um conjunto de leis, mas um conjunto de regras que levam os indivíduos a voltarem seu interesse àquilo que se está ensinando. Portanto, ao estabelecer a tabela social aos associados, essa ação conduz os cooperados a voltarem seu interesse à coletividade, ao cooperativismo e ao espírito coletivo.

Relembremos que condensamos os resultados por cooperativa, em sinais: - para a soma das respostas. O sinal de (-) para Discordo totalmente e Discordo; (+) em que se tem a soma do De acordo e Totalmente de acordo; e zero (0) para Nem discordo nem concordo.

Tabela 03 - Ordenação das respostas das assertivas por Cooperativa – opiniões negativas e positivas.

Assertivas	COOPERATIVA A N=35			COOPERATIVA B N=32			COOPERATIVA C N=10		
	% Respostas			% Respostas			% Respostas		
	negativ as	neutr as	positiv as	negativ as	neutr as	positiv as	negativ as	neutr as	Positi vo
Relação dos cursos ofertados com o crescimento profissional	42,2	22,9	34,9	0,00	34,40	65,60	70,00	10,00	20,00
Relação dos cursos ofertados com as necessidades dos cooperados	57,20	31,30	11,50	6,3	50,00	43,70	90,00	10,00	0,00
A estrutura física disponibilizada ser adequada	31,40	48,60	20,00	9,30	56,10	34,60	80,00	10,00	10,00
Sintonia do currículo com as necessidades diárias de mercado/ associado	42,90	28,60	28,50	0,00	43,80	56,20	90,00	10,00	0,00
Aproveitamento dos conhecimentos adquiridos nos cursos ofertados	37,10	34,30	28,60	0,00	50,00	50,00	90,00	0,00	10,00
Sintonia durante a formação recebida nos cursos e as políticas institucionais das Associações	34,30	40,00	25,70	3,20	37,50	59,30	80,00	10,00	10,00
Aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos nos cursos	40,00	51,40	8,60	9,3	53,10	37,60	80,00	0,00	20,00

Melhora de seu desempenho nas suas atribuições após a realização dos cursos	25,70	34,30	40,00	9,40	9,40	81,20	90,00	0,00	10,00
Promoção da Educação Cooperativista pelas associações	0	25,70	74,30	0,00	0,00	100	40,00	0,00	60,00
Promoção de cursos e treinamentos aos funcionários e cooperados pelas associações.	0	28,60	71,40	0,00	0,00	100	0,00	10,00	90,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Vemos que há uma dissonância entre as cooperativas, para algumas assertivas, principalmente quanto à cooperativa C; talvez isso seja um reflexo do: a) tempo de fundação (é a mais nova das três associações pesquisadas); b) seus dirigentes são ex-cooperados de outras associações e, também, se soma a isso, c) a participação da UFRR na fundação dessa cooperativa. Essa parceria entre a Educação pública e o cooperativismo pode ter influenciado as respostas dos associados e dirigentes da COOPANA.

A cooperativas A sinaliza percentuais significativos nas assertivas na opção negativa e neutra; já a Cooperativa B apresenta percentuais maiores de concordância às assertivas. Essa diferença pode ter relação às motivações pelas quais os cooperados se associaram à cooperativa. O valor que chama a atenção na neutralidade às respostas da associação A pode ser reflexo de: falta de conhecimento dos membros do que seja Educação cooperativista e ainda, falta de participação enquanto associado da cooperativa e, talvez, também na gestão dessa. O desconhecimento e a falta de participação compromete todo o processo de EC que tem como propósito reforçar os valores e princípios cooperativistas que estão presentes desde a criação da primeira cooperativa em 1844 e proporcionar aos membros, sejam associados ou funcionários, uma compreensão maior de seu papel na associação. Esses resultados encontram amparo nos resultados da pesquisa qualitativa.

5 CONCLUSÕES

Tendo o objetivo de analisar a percepção dos dirigentes e cooperados sobre a Educação Cooperativista no Estado de Roraima, no ramo agropecuário, observamos que os dirigentes percebem a importância da Educação Cooperativista, e que essa pode reforçar o espírito cooperativo. Por parte dos associados, a percepção é que a educação cooperativista é, também, importante, mas as práticas de EC desenvolvidas em suas associações são tímidas e não se aplicam às ações diárias de seus associados. Esse resultado é reflexo de uma fragilidade apontada pelos dirigentes: a falta de participação dos associados, além da distância da sede em relação aos cooperados.

Lembremos que a educação cooperativista está “para além da capacitação”, devendo desenvolver habilidades humanas, ou melhor, a filosofia de vida coletiva que representa a cooperação, isto é, o método de ação pelo qual todos trabalham em prol de interesses comuns – tanto os dirigentes quanto os associados percebem o importante papel da EC. Relembremos, ainda, que por meio da educação cooperativista há o reforço da relação de compromisso entre a associação e o associado (SCHNEIDER, 1999), uma relação que transpassa a questão legal, ou seja, a força do estatuto, mas pautando-se na confiança construída de que a cooperativa irá atender as necessidades dos seus cooperados.

Pelo conteúdo das entrevistas com os dirigentes, todos indicam que a Educação Cooperativista é feita em sua associação, porém, vemos que a ação educativa mais recorrente é na modalidade de cursos, inclusive por meio de parcerias como a pós-graduação realizada na UFRR. Quanto às parcerias, foram mencionadas SESCOOP, OCB, SENAR e SEBRAE. Contudo, o foco da EC não se dá apenas por meio de ações de treinamentos e cursos com vistas a atingir um dos objetivos da Educação Cooperativista: o de capacitar os associados e cooperados.

A EC repousa na confluência da capacitação técnica que pode ser ofertada aos associados, assim como no desenvolvimento dos princípios cooperativistas. Esse hibridismo também é encontrado no funcionamento da cooperativa, a qual deve dar conta de dois aspectos: os econômicos e os sociais. Talvez essa dicotomia tenha um peso na percepção dos dirigentes que enxergam a EC apenas sob o ponto de vista técnico e, por isso, foquem em ações educativas apenas por meio de cursos e treinamentos.

Todavia, a forma como os dirigentes realizam a EC tem impacto na percepção dos associados, mesmo tendo sido sinalizado pelos dirigentes como uma fragilidade a participação desses na cooperativa. Os associados percebem, também, a educação cooperativista de extrema importância e que os cursos ofertados vêm ao encontro de seu crescimento profissional, embora se tenha obtido uma parcela significativa de associados que ‘nem discordam nem concordam’ com tal assertiva. A isso cabem algumas reflexões: os dirigentes sabem das necessidades de seus associados? Quais motivos levaram os associados a participarem da cooperativa?

Esses questionamentos são fundamentais no delineamento de um programa ou projeto de EC, porque se tem objetivos técnicos e morais para alcançar a Educação Cooperativista, sendo ela tão relevante que tem força de lei. Portanto, deve ser tratada coletivamente para que as necessidades dos associados sejam atendidas. Assim, devemos alinhar as expectativas compreendendo a realidade dos associados, e isso incluiu características culturais. Já quanto à infraestrutura disponibilizada pelas associações ao ofertar os cursos, encontramos uma percepção ruim a respeito desse quesito.

Essa percepção desfavorável quanto aos cursos ofertados se repete no que se refere ao currículo dos cursos, aproveitamento e, ainda, referente às políticas institucionais e à aplicabilidade do conteúdo aprendido nas associações. Já quanto à melhora no desempenho,

os associados sinalizaram uma percepção favorável ao afirmarem que houve melhora em seu desempenho após os cursos ofertados. Esse resultado é contraditório, já que nas questões anteriores os mesmos respondentes indicaram que a aplicabilidade dos cursos é baixa. Isso demonstra que os associados possam não saber da dimensão em que a Educação Cooperativista se assenta, embora nas questões finais sobre a promoção de Educação Cooperativista e a oferta de cursos e treinamentos a associados e funcionários tenham sido apontadas como muito importantes.

Ao analisarmos todo esse contexto e os dados coletados, vemos que há uma preocupação dos dirigentes quanto à EC, com ênfase nas ações de treinamentos e cursos. Não há, entretanto, investimentos em ações informais, sendo que temos apontamentos na literatura que indicam que a educação cooperativista possa ocorrer, também, de forma informal. As cooperativas necessitam, então, investigar os reais motivos de ingresso dos associados nas cooperativas, o que se torna muito importante para a própria sustentabilidade da associação, evitando, dessa forma, comportamentos oportunistas.

Vislumbramos que as finalidades das cooperativas são distintas de outras organizações e, portanto, requerem políticas institucionais também diferenciadas. Tanto os aspectos formais quanto os informais podem e impactam no andamento da associação, a qual sofre influências do meio externo. Há de se ter uma compreensão muito mais abrangente por parte da gestão das cooperativas no gerenciamento dessas, já que a finalidade é distinta de outros empreendimentos. O aspecto ideológico e filosófico tem um viés muito forte nessa proposta de empreendimento e é isso que devemos ter em mente, já que cooperar é agir e contribuir conjuntamente.

No que se refere a indicações de estudos futuros, ressaltamos que seja realizada uma pesquisa com os associados sobre os motivos que os conduziram a integrar as associações. Indicamos, também, uma pesquisa-ação que possa testar ações educativas de melhorias a partir de diagnóstico, sem, necessariamente, enfatizar apenas treinamentos e cursos.

Quanto a limitações da pesquisa, por se utilizar uma abordagem qualitativa, essa não pode ser generalizada. Da mesma forma, a abordagem quantitativa (usamos uma amostragem por conveniência), nada impedindo dessa pesquisa ser replicada em outros contextos, a começar por outros ramos do cooperativismo.

6 REFERÊNCIAS

ACI. Aliança Cooperativa Internacional. **Agenda institucional do Cooperativismo**. 2013. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/aci>. Acesso em: 10 jul. 2018.

ALVES, M. A. P. **Cooperativismo – Arte & Ciência**. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 2002.

ANDRIOLI, A. I. **Trabalho Coletivo e Educação**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; edições 70, LDA, 2016.

BIALOSKORSKI NETO, S. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 01, p. 119-138, jan/mar 2007 – Impressa em março 2007.

_____. **Gestão do agrobusiness cooperativo: Mário Otávio Batalha. Gestão agroindustrial**. 1. São Paulo: Atlas, 1997.

BOESCHE, L.; MAFIOLETTI, R. L. **Evolução e indicadores do cooperativismo paranaense**. Curitiba: SISTEMA OCEPAR, 2005.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. FNDE. **Resolução/CD/FNDE nº 67, de 28 de dezembro de 2009**. Altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE Brasília: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2009.

BRITO, J.; ROSA, J. S. Análise da autogestão em cooperativas agropecuárias: Um estudo de caso no Estado de Roraima. **Revista de Administração de Roraima – RARR**, v. 1, n. 3, p. 26-44, 2013.

CRÚZIO, H. de O. **Marketing Social e Ético nas Cooperativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DE MASI, D. (org.). **A emoção e a regra: Os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950**. 6. ed. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/UnB Editora, 1999.

DRIMER, A. K.; DRIMER, B. **Las Cooperativas: Fundamentos – História – Doutrina**. Buenos Aires: INTERCOOP Editora, 1973.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

FENG, L. **Motivation, Coordination and Cognition in Cooperatives**. China, 2010. Thesis (Doctor Board) – Erasmus University Rotterdam, 2010.

FERREIRA, G. M. V. **Educação cooperativista**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria/Colégio Politécnico/Rede e-Tec Brasil, 2015.

FERREIRA, P. R. **A educação cooperativista em Minas Gerais: mapeando as organizações**. Viçosa, 2009. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2009.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Trad. Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogía de la Esperanza: un reencuentro con la “Pedagogía del oprimido”**. 1. ed. 2. reimp. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

GARZON, C.U. Bases del cooperativismo. 2. Ed. Bogotá: S.N., 1978.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. Agronegócio cooperativo: a transição e os desafios da competitividade. Cadernos de Economia, Chapecó, v. 12, n. 2, p. 92-108, jan./jun. 2007.

GÓMEZ, G. L. Educación Cooperativa: mito o realidad? Organização do Tabela social e educação cooperativista. In: V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 06-08, Ago., Ribeirão Preto, 2008. **Anais...** Ribeirão Preto, 2008.

GUÉLIN, A. L'invention de l'économie sociale. Paris: Econômica, 1998.

GUIMARÃES, M. K.; ARAÚJO, A. **Ensino Básico do Cooperativismo à Distância**. 2 ed. Brasília: Confedbrás, 1999.

HALL, R. H. **Organizações**. Estruturas e processos. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1984.

HANDY, C. **Tempo de mudanças: a descontinuidade administrativa num mundo competitivo**. São Paulo: Saraiva, 1996.

HERBART, J. F. **Pedagogia general derivada delfin de la educación**. Barcelona: Humanitas, 1983.

HERRERA, J. J. R. **El paradigma cooperativo en la encrucijada del siglo XXI**. Québec: IRECUS, 2007.

IANNI, O. **A Era do Globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. **Agricultura familiar** – Biblioteca do IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/.../50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 15 mar. 2018.

KYAZZE, L. M.; KNOTE, I. N. Cooperative governance and social performance of cooperative societies. **Cogent Business & Management**, n. 4, p. 1284391, 2017.

LEVI, Y.; DAVIS, P. Cooperatives as the “enfantsterribles” of economics: Some implications for the social economy. **The Journal of Socio-Economics**, n. 37, p. 2178-2188, 2008.

MACHADO, L. R. de S. **Educação e divisão social do trabalho**: contribuição para o estudo de ensino técnico industrial brasileiro. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 1989.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. CD Biblioteca Virtual. **Cooperativismo e Associativismo Rural**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2012.

MARQUÊS, E. B.; SCHMIDT, C. E. F. A Educação Cooperativista e sua Influência na Gestão da Cooperativa Bageense de Artesanato: possibilidades e limitações. In: **Reflexão cooperativista**. Porto Alegre: Ed. SESCOOP/RS, 2014. p. 67-71

MARTIN, A. “¿La cooperativa es también una escuela humanista?”. In: LAFLEUR, M. *et al.* **Reflexiones sobre cooperativismo**. México: Escuela de Cooperativismo/Universidad Autónoma de Querétaro, 2005.

MORATO, A. F.; COSTA, A. Avaliação e estratégia na formação educacional cooperativista. In: MACEDO, K. B.; XIMENES, J. A. A. (orgs.). **Cooperativismo na era da Globalização**. Goiania: UCG/Terra, 2001.

NASCIMENTO, F. R. **Cooperativa como alternativa de mudança**: uma abordagem normativa. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NUNES, C. A. **Educar para a emancipação**. Florianópolis: Sophos, 2003.

OCB. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Organização do Tabela Social em Cooperativas**. Brasília: Educação e Capacitação Cooperativista do Sistema OCB, 2013.

_____. **Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa**. Brasília. OCB/SESCOOP, 2016

PESTALOZZI, J. H. **Antologia de Pestalozzi**. Trad. Lorenzo Luzuriaga. Buenos Aires: Losada, 1946.

PIAGET, J. **Seis estudos de Piaget**. Trad. Maria Alice Magalhães D’Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

PORTUGUEZ, A. M. **Educación Cooperativa**: Instrumento Metodológico. Educación y Formación. Alianza Cooperativa Internacional para las Américas ACI-AMÉRICAS, 2013.

Disponível em: https://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/modelo_de_educacion_2013.pdf. Acesso em :05 jun. 2018.

REISDORFER, V. K. **Introdução ao Cooperativismo**. Santa Maria: Universidade federal de Santa Maria/Colégio Politécnico/Rede e-Tec Brasil, 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2007.

ROJAS, M. E. Metodología para la educación cooperativa en México. Estado del Conocimiento. **Textual January**, n. 55, p. 83-107, ene./jun. 2010.

RUBEN, R.; HERAS, J. Social Capital, Governance and Performance of Ethiopian Coffee Cooperatives. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 83, n. 4, p. 463-484, 2012.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia-participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

_____. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

_____. Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In: SCHNEIDER, J. O. (org.). **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: SESCOOP, 2003. p. 13-59.

SESCOOP/RR, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima. Relatório de Gestão Exercício 2017. Boa Vista, Ed. Sescop/RR, 2017

SIEBERT, M. **Educação cooperativista: Conceitos, reflexões e experiência da Blucredi**. Blumenau, 2013. Artigo (MBA Executivo Cooperativas de Crédito) – Instituto Nacional de Pós-Graduação (INPG) e Universidade Regional de Blumenau (FURB), 2013.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, E. A.; SANTOS, J. Z. V. Tudo Junto e Separado! Observação referente à interação dos integrantes de uma cooperativa. In: **Reflexão cooperativista**. Porto Alegre: Ed. SESCOOP/RS, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VALADARES, M. C. B. **Planejamento estratégico empresarial: foco em clientes e pessoas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

VALADARES, J. H. **Moderna administração de cooperativas**. Belo Horizonte: FORMACOOOP/II SESCOOP/BA, 2004.

_____. Profissionalização da gestão cooperativista: modismo ou necessidade? **Revista Universo**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 50-66, 2005.

VARGAS-HERNANDEZ, J. G.; ORTIZ, C. L. P. Capital social como fator de sucesso nas cooperativas mexicanas Caso: Cooperativa "Laschiquihuitecas" produtor de grana cochinilla. **RGC**, Santa Maria, v. 5, n. 9, p. 85-98, jan./jun. 2018.

7 APÊNDICES

Apêndice A

Roteiro de entrevista aos dirigentes das Cooperativas.

1. Como a cooperativa trabalha com EC junto aos seus cooperados?
- 2 – De que forma a EC é realizada?
- 3- Em sua opinião, qual o papel da EC na organização?
- 4- Em que aspectos, a EC contribui para o desenvolvimento da cooperativa?
- 5- Quais os parceiros que ajudam a realizar a EC?
- 6 – Quais os impactos da EC ?
- 7 – Como é a participação dos cooperados nas atividades de EC?
- 8 – Em sua opinião, qual é o principal problema enfrentado pela cooperativa para implementar a EC?
- 9- Em sua opinião, qual o ponto forte da sua cooperativa?
- 10 – Que projetos estão sendo realizados ou já foram realizados pela associação?

Apêndice B



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA (PPGEA)**

Caro(a) Cooperativado (a),

Este estudo tem por objetivo coletar informações sobre a educação cooperativista, analisando em que âmbito os efeitos desta educação são percebidos e como a mesma tem contribuído para os empreendimentos cooperativos.

Sua informação é importante para consolidar o nosso trabalho de Mestrado em Educação Agrícola sobre o tema “*Educação Cooperativista: Mapeando as ações nas Cooperativas Agropecuárias no município de Boa Vista em Roraima*”. Nesse sentido, solicitamos sua valiosa cooperação fornecendo as respostas às perguntas que estão contidas no referido questionário.

ATENÇÃO: Cada afirmativa possui uma escala numerada de 1 a 5.
Assinale apenas uma resposta em cada escala. Cada número corresponde a:
1 – Discordo totalmente
2 – Discordo
3 – Não concordo nem discordo
4 – De acordo
5 – Totalmente de acordo

**Questionário do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ**

- 1 – Os cursos oferecidos por sua cooperativa contribuíram para o seu crescimento profissional.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 2 – Os cursos que foram ofertados pela sua Cooperativa, eram realmente o que você precisava.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 3 – A estrutura disponibilizada pela sua Cooperativa (laboratórios, biblioteca, sala de aula e etc.) auxiliou na sua aprendizagem.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 4 – Durante sua formação nos cursos ofertados, houve uma preocupação por parte da Instituição promotora em desenvolver um currículo que atendesse as necessidades diárias de suas tarefas.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 5 – Os conhecimentos adquiridos nos cursos ofertados foram na sua totalidade aproveitados.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 6 – Houve uma sintonia durante a formação recebida nos cursos ofertados e as políticas implementadas pela sua Cooperativa.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 7 – Você detectou alguma desarticulação entre os conhecimentos adquiridos nos cursos ofertados e a sua aplicabilidade no dia a dia na sua Cooperativa.

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 8 - Você se considera um profissional com competências e habilidades para desenvolver melhor suas atribuições após a conclusão dos cursos oferecidos pela sua Cooperativa.

9

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 10 - Você concorda que é importante que as Cooperativas promovam a educação de seus cooperados?

11

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

- 12 - As Cooperativas devem promover cursos e treinamentos para funcionários e cooperados?

13

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---